

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS OCUPAÇÕES: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE ARQUITETURA E ENGENHARIA CIVIL  
EM FUNÇÃO DO GÊNERO EM FLORIANÓPOLIS**

**Rosa Cristina Ferreira de Souza**

Florianópolis

2000

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS OCUPAÇÕES: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE ARQUITETURA E ENGENHARIA CIVIL  
EM FUNÇÃO DO GÊNERO EM FLORIANÓPOLIS**

**Rosa Cristina Ferreira de Souza**

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Psicologia da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Psicologia.

**Prof. Dr. Brigido Vizeu Camargo**

**Orientador**

Florianópolis

2000

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado**

***REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS OCUPAÇÕES: UM ESTUDO  
COMPARATIVO ENTRE ARQUITETURA E ENGENHARIA CIVIL EM  
FUNÇÃO DO GÊNERO EM FLORIANÓPOLIS***

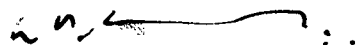
***Rosa Cristina Ferreira de Souza***

Dissertação defendida como requisito básico para obtenção de Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Área de Concentração: Psicologia e Sociedade e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof. Dr. José Carlos Zanelli  
Coordenador do Curso

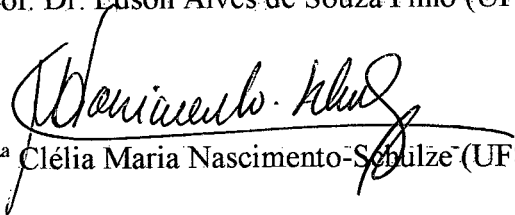
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Brígido Vizeu Camargo (UFSC)  
Orientador



Prof. Dr. Edson Alves de Souza Filho (UFRJ)



Prof.ª Dr.ª Clélia Maria Nascimento-Schulze (UFSC)

**APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM, 04/08/2000.**

*À memória das pessoas com as quais  
compartilhei importantes momentos, e que  
infelizmente, partiram durante a  
elaboração deste trabalho: meu Pai, tia  
Maria e a querida amiga Adriana.*

## AGRADECIMENTOS

O meu reconhecimento à **Universidade Federal de Santa Catarina** pela oportunidade, ao **Curso de Pós-Graduação em Psicologia** pelos ensinamentos e à **CAPES**, pelo auxílio financeiro.

Agradeço àqueles que auxiliaram na formação deste trabalho. A **Léo Rosa de Andrade**, com quem pude discutir as primeiras idéias; a **César Caetano** e **Cida Cesca Caetano** pela colaboração digital. Também aos que receberam o desafogo das preocupações e ajudaram-me a permanecer confiante, principalmente à **Rosemeri Elias** e **Volnei Cechinel Cesca**.

À minha família, exemplo de carinho e afeto, particularmente à minha **mãe**, por seu amor incondicional. Ao **Fabício Ferreira** pelo empréstimo técnico; à **Clarete Ferreira Corbetta** e **Dora Dolvino**, **Isabel Ferreira Pereira** e **Isaura Ferreira Rodrigues**, pela acolhida e interesse, e aos demais por se fazerem presentes.

Aos Professores, Doutor **José Carlos Zanelli** e Doutor **Kléber Prado Filho**, pela atenção. Aos Professores, Doutor **Moacir Carqueja** e Doutora **Marina Fialho** por sua colaboração e à **Janete Martins Brommer**, por todo o apoio burocrático.

Agradeço também ao Professor Doutor **Brigido Vizeu Camargo**, irrepreensível orientador, pela oportunidade e aprendizagem. Às Professoras Doutora **Clélia Maria Nascimento-Schulze** e Doutora **Mara Coelho de Souza Lago**, e ao Professor Doutor **Edson Alves de Souza Filho**, que por certo, melhorarão este trabalho com contribuições significativas.

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	v
Índice.....	vii
Resumo.....	xi
Abstract.....	xiii
Introdução.....	01
1. Conceitos sobre Identidade.....	06
1.1. Identidade de Gênero e Papéis Sexuais.....	07
1.2. Identidade Profissional.....	15
2. Representações Sociais, Identidade Social e Relações Intergrupais.....	21
3. Método.....	45
3.1. Delineamento da Pesquisa e Participantes.....	45
3.2. Caracterização dos Cursos.....	46
3.3. Instrumentos de Coleta de Dados.....	47
3.4. Procedimentos.....	48
3.5. Instrumentos de Análise de Dados.....	51

4. Análise e Discussão dos Resultados.....	55
4.1. Resultados obtidos a partir da Técnica de Evocação Livre.....	55
4.2. Resultados obtidos a partir da Técnica de Entrevista.....	64
4.2.1. Representações Sociais da Arquitetura e da Engenharia Civil segundo o Gênero.....	64
4.2.2. O Gênero como Modulador das Representações Sociais das Ocupações.....	73
5. Conclusão.....	81
6. Referências Bibliográficas.....	88
7. Bibliografia Consultada.....	93

## Anexos

Anexo 1 - Tabela comparativa do número de profissionais da Engenharia Civil e Arquitetura de acordo com o gênero

Anexo 2 - Atribuições Profissionais das áreas de Engenharia Civil e Arquitetura

Anexo 3 - Informações DAE

## **Resumo**

Este estudo procura articular as Teorias das Representações Sociais (Moscovici, 1961) e a do Conflito Intergrupar (Tajfel, 1979), considerando a interface do gênero. Trabalhou-se com 112 participantes (estudantes e profissionais) de duas ocupações profissionais consideradas predominantemente masculina e feminina, respectivamente, as de Engenharia Civil e Arquitetura. Buscou-se conhecer o conteúdo das representações sociais que os participantes dessas duas áreas compartilham sobre a sua e a outra área, analisando-as numa perspectiva intergrupar. Buscou-se conhecer também, a partir da perspectiva de gênero, as representações que os participantes dos sexos masculino e feminino produzem sobre as duas ocupações e, também, como o objeto gênero está relacionado à questão do trabalho. Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados, as técnicas de evocação livre e de entrevista semi-dirigida. Os resultados obtidos com a técnica de evocação livre apontam para um provável conflito profissional entre os participantes das duas áreas consideradas. Os conteúdos das entrevistas mostram diferentes compreensões produzidas pelos grupos masculino e feminino em relação às duas áreas de ocupação profissional. Indicam também diferentes explicações desses dois grupos para a "sexualização das ocupações". Constatamos a relevância do gênero nas pesquisas sobre representações sociais.

Palavras-chave: representações sociais; relações intergrupais; gênero; trabalho; arquitetura; engenharia civil.

---



## **Abstract**

This project looks forward to articulating the theories of Social Representations (Moscovici, 1961) and of Intergroup Conflict (Tajfel, 1979), considering the interface of the gender. A hundred and twelve participants (students and professionals), of two professional occupations considered to be predominantly male and female ones, Civil Engineering and Architecture, were worked. One of the aims of this project is to know the content of the social representations that are shared by the participants of these two areas, analysing them upon an intergroup perspective. Another one is to know - from the gender perspective - the representations that the participants of both male e female sexes produce upon the two occupations and, also, how the gender object is related to the jobs. Data collecting, free evocation technique and semi-directed survey. The obteneid results with the free evocation technique point out a probable professional conflict among the participants of these two considered areas. The results of the surveys show different understandings produced by the male and female groups in relation to the two areas of occupation. They also indicate different explanations of these two groups according to the sexualization of occupations. The importance of gender in the researches about social representations were found.

Key-words: social representations; intergroup relations; gender; job; architecture, civil engineering.

## **Introdução**

A Teoria das Representações Sociais surge com a finalidade de manter articuladas Ciências psicológicas e sociais, rompendo com a tradição individualista que marca fortemente a psicologia social norte-americana. Esta, de acordo com Farr (1995) é uma forma psicológica de psicologia social, onde o alcance da dimensão psicossociológica é, por assim dizer, restrito.

A Psicologia Social Européia, entretanto, não tem se interessado simplesmente pela relação entre as pessoas, mas pela complexidade dessas relações, na formação de grupos e de seus interesses, conflitos, produções de conhecimentos, enfim, entendendo que não há uma sociedade de indivíduos, mas que existem formas cognitivas sociais, ou, conforme Moscovici (1981) "pensamentos compartilhados".

O estudo das cognições sociais foi revisto por Moscovici (1961), que inaugurou a Teoria das Representações Sociais considerando a existência de uma "sociedade pensante", contribuindo ainda mais para os estudos em Psicologia Social.

Moscovici (1961), tomou emprestado o conceito de representações coletivas de Durkheim (1912). Para este autor a sociedade tem como substrato um conjunto de indivíduos associados e o sistema que une esses indivíduos de alguma forma é organizado segundo a exposição desses à natureza, ao ambiente, às interações. Este autor permitiu destacar o elemento simbólico das relações sociais. No entanto esse "social" na teoria Durkheimiana apare-

ce como algo estático, é dicotômico, exerce um caráter individual versus um caráter social. De acordo com Farr (1995), a teoria de Durkheim (1912) faz uma leitura do indivíduo enquanto produto social, deixando a ver a necessidade de uma teoria que fizesse a leitura do indivíduo enquanto promotor de mudanças na sociedade. Esse é um dos motivos pelos quais Moscovici (1978) critica a abordagem Durkheimiana, por não tratar da "(...) *pluralidade de modos de organização do pensamento*" (p.42). Para Moscovici (1978) os objetos da problemática cotidiana suscitam a formação de representações sociais. As pessoas constroem teorias (produzem e partilham conhecimentos) tendo em vista a necessidade de explicar os fenômenos com que se deparam no cotidiano. Produzidos nas comunicações dos grupos, esses conhecimentos são denominados "teorias do senso comum".

A dimensão grupal está estritamente relacionada à produção de representações sociais. Os estudos de Henri Tajfel (1979) acerca dos grupos sociais, trabalha as compreensões de identidade social, categorização social e relações intergrupais, integrando outras teorias e conceitos, como atribuição de causalidade e os estereótipos sociais.

Em nossa pesquisa trabalhamos com ambas as teorias: a das Representações Sociais e a do Conflito Intergrupalo. Exploramos a relação entre a categorização do profissional e a categorização de gênero. Partimos do princípio de que a categorização sexual contribui na formação da identidade social de gênero. Estudamos como o fato de pertencer às categorias masculina ou feminina influi na produção de representações sociais relacionadas ao objeto "ocupação", e dessa relacionada ao objeto "gênero".

Sabemos que há muito é debatida, com bastante frequência e em muitos lugares, a questão do papel da mulher na sociedade e sua participação no mercado de trabalho. Não obstante a realidade de memoráveis discussões que se vem travando, algumas com destacado registro histórico, ainda há um longo caminho a percorrer. Caminho esse que não pode deixar de lado o que é construído no cotidiano das pessoas.

A relação entre gênero e trabalho tem suscitado inúmeros questionamentos nas Ciências Sociais e nas relações sociais (entre outros campos). O mundo do trabalho, na perspectiva do gênero, estruturou-se a partir de inúmeros fatores, dentre eles, o de padrões comportamentais valorizados culturalmente, que indicariam características adequadas para o desenvolvimento de uma atividade e não de outra. Isto contribuiu para a sexualização das ocupações<sup>1</sup>, um dos problemas relevantes que tem sido estudado pelas Ciências Sociais, particularmente pela Sociologia. A sexualização das ocupações implica em considerar as ocupações como prioritariamente masculinas ou femininas, e de certa forma valorizar mais as primeiras. Este e outros fatores, restringiram a mulher ao exercício de funções que fossem um prolongamento da esfera privada, funções essas consideradas eminentemente femininas, como as de professora “primária”, por exemplo.

Ao nível universitário, observamos que muitos cursos tais como os de Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Biblioteconomia ainda têm uma maior predominância do sexo feminino. A proporção aproximada é de 8,0 (oito) mulheres para cada homem. Em outros cursos, como os de Física, Ciências da Computação, os de Engenharias: Civil, de Controle e Automação, Elétrica e Mecânica, de Produção Civil, Mecânica e Elétrica predomina o sexo masculino. A proporção é de 6,0 (seis) homens para cada mulher. Os demais cursos têm apresentado uma maior equivalência dos gêneros.<sup>2</sup> Ainda com relação ao nível universitário, a percepção de futuros estudantes sobre os papéis sexuais emergiu no tema de redação do vestibular da UFSC (1996). Os candidatos deveriam escolher entre três trechos de texto que tinham o eixo temático "mulher". A produção dos estudantes expressou preconceitos e visões estereotipadas acerca do gênero. Fazem parte das redações frases como: "Quando uma mulher não tem mais nenhuma opção na vida ainda lhe resta ser doméstica,

---

<sup>1</sup> Ver Bruschini, 1979.

<sup>2</sup> Dados obtidos através do DAE – Departamento de Administração Escolar – semestre 1998.2

cozinheira ou professora" ; "as mulheres que dirigem caminhão são lésbicas ou machonas', porque precisam de força e coragem." Os professores responsáveis pelo tema da redação apontam a educação das crianças, como importante agente formador desses preconceitos.<sup>3</sup>

A socialização exerce importante papel na construção da identidade de gênero. Uma identidade profissional está intimamente ligada a esta questão, e mais propriamente, à institucionalização dos papéis sócio-sexuais, cuja legitimação tem mantido, em muitos lugares, uma subordinação feminina. Godelier (1980) entende a subordinação feminina como uma realidade social que envolve as dimensões econômica, política e simbólica. Com relação à subordinação econômica o autor observa o menor acesso e a menor progressão das mulheres no mercado de trabalho nas mesmas profissões que os homens. Do seu ponto de vista essa situação repete-se no campo político: a representatividade feminina é muito pequena. No que se refere ao simbólico, o autor cita principalmente a mídia como principal difusora de imagens que contrastam os papéis sexuais, mas também lembra que a percepção sobre esses papéis é estruturada muito cedo, e os estereótipos estão presentes mediando essa estruturação. Quanto à questão econômica, 62,7% dos vínculos empregatícios, em nível nacional, estão ligados ao sexo masculino.<sup>4</sup> A remuneração masculina correspondia, em média, a 5,9 salários mínimos (sm), enquanto que a remuneração feminina ficava na faixa dos 4,6 sm. Independente do grau de escolaridade ou setor de atividade, os salários das mulheres são inferiores em comparação com os salários dos homens. Ademais, o próprio Ministério do Trabalho<sup>5</sup> está lançando um programa contra a discriminação no trabalho em função da raça e do gênero. Os estudos realizados têm mostrado novas formas de discriminação além (ou em lugar) da salarial, como por exemplo o superior que impede a promoção de uma funcionária justificando a dificuldade que os demais funcionários teriam em aceitar uma mulher como superiora hierárquica. De

---

<sup>3</sup> Diário Catarinense. Redação no vestibular: as diferenças na educação familiar. Geral. Domingo, 26/05/1996.

<sup>4</sup> Dados obtidos da RAIS, 1997.

<sup>5</sup> <http://www.mtb.gov.br>

outro lado está a questão do assédio sexual, que é utilizado como um instrumento de pressão no trabalho. Mesmo enfrentando tais obstáculos, no entanto, pouco a pouco as mulheres inserem-se, também, nas áreas profissionais “tradicionalmente” masculinas, principalmente em função do maior acesso aos cursos universitários. Assim, dividindo o mesmo campo ocupacional, ou ainda, estando num mercado competitivo, homens e mulheres vivenciam uma situação de interação social, em função de comportamentos sociais ligados à condição de gênero. De toda a forma, o tema "gênero e trabalho", em decorrência de sua natureza, encerra bastante complexidade. Almeja-se trazer uma contribuição, pretendendo, tão somente, estudar como as diferenciações de gênero se expressam no campo das ocupações. Este estudo será articulado com a investigação de relações intergrupais advindas da relação inter-profissional e intergrupar (ao nível da categorização profissional e da categorização do gênero).

## 1. Conceitos sobre Identidade

Falar em identidade remete-nos a considerar os contextos sociais – ou realidades objetivas, como sugerem Berger e Luckmann (1985). Esses autores partem de uma perspectiva interacionista e consideram a identidade como “(...) *um elemento-chave da realidade subjetiva*”. (p.228) Eles lembram que as teorizações psicológicas sobre a identidade precisam estar sempre relacionadas ao contexto social, porque uma teoria pode ser inadequada ou não para interpretar as identidades, pois está muito ligada ao simbólico, ao significado atribuído às coisas. Isso varia de acordo com o contexto. Por isso, por exemplo, o que em uma cultura é valorizado em outra pode não o ser: “(...) *a identidade é objetivamente definida em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo. Dito de outra maneira, todas as identificações realizam-se em horizontes que implicam um mundo social específico.*” (Berger & Luckmann, 1985). Esses autores tratam a identidade enquanto um fenômeno social. Ela é formada por processos sociais, “(...) *deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade*”. (p. 230)

Para Ciampa (1989), a palavra identidade remete-nos além da pergunta: “Quem sou eu?” Para este autor a identidade é um processo, e é o que o sujeito faz no mundo o que o identifica: “(...) *é pelo agir, pelo fazer que alguém se torna algo: ao pecar pecador, ao desobedecer desobediente, ao trabalhar trabalhador.*” (p. 64). Nós nascemos e, em princípio, não temos noção de nossa existência ligada às coisas, às pessoas, à realidade. Mas já faze-

mos parte de um certo contexto sem o saber. Aos poucos nos damos conta das coisas à nossa volta e nos situamos neste mundo. Estamos num processo de socialização (primária), onde as pessoas que nos cercam – pais, avós, irmãos, tios – têm um papel importante na formação de nossa identidade. Isso implica na noção de alteridade, presente nas teorizações de Berger e Luckmann (1985), Duveen (1998), Jodelet (1998), entre outros. Berger e Luckmann (1985) referem-se à alteridade considerando o papel dos “outros significativos”, com os quais a criança acaba se identificando. Esses outros significativos não são escolhidos pela criança. São as pessoas mais próximas, as que mais mantêm contato com ela, por exemplo seus pais, a família, uma babá. Eles são mediadores e se apresentam como a realidade objetiva, traduzindo a ordenação do mundo em que vivem.

Jodelet (1998) afirma que “(...) a alteridade convoca a noção de identidade.” (p. 49). Se existe um outro, existe um eu. Estamos então construindo uma diferença e, conseqüentemente, nossa identidade, buscando essa singularidade individual, considerada nos estudos de Scheibe (1984), que preocupou-se em estudar o papel da memória - enquanto aspecto biológico e cognitivo - que interfere no desenvolvimento e manutenção da identidade: *“Tanto a memória como a identidade são em grande parte sociais. A memória se torna viva no ato da narração e a identidade é percebida quando o próprio eu é apresentado ao outro.”* (p.10) É na história de cada indivíduo que está a identidade pessoal. Fatores como sexo, classe social, parentesco, nacionalidade, religião e herança social são os fundamentos das histórias individuais.

## **1.1 Identidade de Gênero e Papéis Sexuais**

O sexo exerce uma forte influência em nossa socialização rumo à construção de nossa identidade. Nascemos com um corpo sexuado. Este corpo está inscrito numa rede de significados sócio-culturais. Ocupa certo espaço num mundo já construído (preexistente), ou,



seja, onde muitas coisas já foram significadas e instituídas e onde há representações de sexo, trabalho, atitudes, comportamentos e papéis bem diferenciadas para o sexo masculino e para o sexo feminino. E é por esse caminho que se constrói a identidade de gênero.

O termo gênero foi empregado de forma a compreender a relação entre os sexos como uma organização social. Feministas americanas defendiam o emprego do termo para explicitar o aspecto social das diferenciações sexuais, desafiando e rejeitando, assim, a visão essencialista e determinista do sexo biológico como destino. Nas últimas décadas XX, é proposto o conceito de gênero como uma categoria de análise que inclui a dimensão histórica, e tem sido utilizado de forma crítica em relação às noções anteriores de papéis sexuais, que deixavam de lado esta dimensão. A proposta era falar de gênero enquanto relação (social) entre os sexos. Anteriormente, muitos estudos brasileiros foram construídos utilizando-se o termo gênero no sentido de reconhecer uma “questão feminina”, ou se preocupando em definir uma “identidade sexual subjetiva”. De modo geral, o estudo dos papéis sexuais era o estudo apenas dos papéis femininos, sem a referência ao masculino, à "construção relacional de um e outro". Então, como coloca Matos (1997), é para dar conta dessa insuficiência das teorias existentes, em explicar as desigualdades entre homens e mulheres, que surge a categoria gênero. Ela permite compreender que *“(...) a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que constituíram-se social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados.”* (p.80)

Considerar as relações de gênero na sua dimensão histórica significa estudar a abrangência dos papéis sexuais e o simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, como também as práticas históricas atuais (Scott, 1990). Neste sentido, escreve Louro (1996): *“Entendendo gênero fundamentalmente como uma construção social – e, portanto histórica – teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e masculino, social e historicamente diversos”* ( p.10). Ou seja, o que é considerado como caracterís-

tica masculina em uma sociedade pode ser considerada feminina em outra. Nem todas as sociedades constróem representações a partir das diferenças entre os sexos. Mead (1998) observa esses fatos no estudo que fez sobre três sociedades indígenas. Duas dessas culturas nativas não privilegiavam diferenciações baseadas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Os ideais valorizados por essas duas sociedades eram os mesmos para homens e para mulheres. A terceira cultura distinguia padrões ideais de comportamentos e valores para homens e mulheres, mas de forma estranha aos padrões usualmente conhecidos em nossas sociedades que têm, tradicionalmente, seguido por este caminho, definindo o que é próprio ao masculino e ao feminino.

De acordo com Scott (1990), a sexualidade não é determinada pelo gênero e nem este é determinado pelo sexo. As construções sociais do gênero (e da sexualidade) ganham significados diversos em cada sociedade. Elas referem-se a gênero como um elemento que constitui as relações sociais e que se fundamenta sobre "as diferenças percebidas entre os sexos", sendo também o primeiro lugar onde se dão os embates de poder. A partir disso acontecem hierarquizações acerca do masculino e do feminino, apontando não só para a diferença, mas também para certas desigualdades sociais. As hierarquizações do gênero geralmente significam o masculino positivamente e o feminino negativamente (p. 77). Para Matos (1997), "(...) *os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, através de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas.*" (p.80) A interpretação social dos corpos sexuais como diferentes, tem determinado as diferenças entre os gêneros de forma tal que a maioria das sociedades tem sempre sido pensadas a partir do fazer masculino. Essas discussões e esses estudos apontam para o fato de o conceito de gênero permitir, portanto, esclarecer que o sexo (biológico) não determina personalidades e comportamentos, ou as vivências masculina e feminina em si, mas também é aprendido social-

mente e assim acaba modelando-as, como explica Sorj (1992) *“Diferentemente do sexo, o gênero [além de ser um conceito relacional] é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações”*(p.15). As relações de gênero se incorporam à organização social sendo naturalmente reproduzidas.

Grossi (1998) nos lembra que a identidade de gênero *“(...) remete à constituição do sentimento individual de identidade.”* (p. 09) Ou seja, é um dos núcleos da identidade do eu.

Money e Tucker (1981), embora utilizem apenas o termo "identidade sexual", estão tratando, também, do problema da identidade de gênero. De acordo com eles, *“(...) a moldagem dos genitais externos de um bebê não é indicador infalível da diferenciação sexual pré-natal e tampouco constitui um guia sempre preciso dos rumos futuros a serem seguidos.”* (p.77) É a reação dos pais e da sociedade à presença do órgão sexual, tratando a criança como menino ou como menina que determina, em maior parte, a identidade de gênero. Os autores lembram que a identidade sexual não poderia desenvolver-se em um menino ou uma menina, sem a estimulação social. Eles utilizam uma comparação com o processo de aquisição da linguagem que podemos expressar da seguinte maneira: nascemos com capacidade para nos expressarmos verbalmente, mas sem o domínio do vocabulário, ou seja, a linguagem não está programada ou determinada. A criança depende do estímulo social, de mediações com outras pessoas para adquirir e desenvolver a expressão verbal, apreender o significado das coisas. O mesmo acontece com o desenvolvimento do gênero. A característica sexual não determina por si só as atitudes e comportamentos. Ela adquire significado (ou é significada) no meio social e vai sendo moldada por ele; ou seja, não existe uma determinação biológica de comportamento pela simples presença de aparelhos genitais diferenciados.

Grossi (1998) esclarece a amplitude e a relação entre os conceitos que acabamos de nos referir:

*“De uma forma simplificada diria que sexo é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homem e mulher, que gênero é um conceito que remete à construção social coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sexuais), que identidade de gênero é uma categoria pertinente para pensar o lugar de um indivíduo no interior de uma cultura determinada e que sexualidade é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos.” (p. 15)*

Stoller (1993) explica que o sexo “(...) é parte da identidade de gênero, mas não é idêntico a ela, pois o conceito de identidade de gênero cobre uma variação bem mais ampla de comportamentos.” (p.29) Para ele, mesclas de feminilidade e masculinidade podem ser encontradas tanto em homens quanto em mulheres, diferindo na forma e grau, pois que “(...) a identidade de gênero encerra um comportamento psicologicamente motivado (...) [Masculinidade e feminilidade] “(...) são uma convicção” (p. 28), obtida a partir da característica biológica, mas principalmente enquanto relação com as atividades dos pais e da sociedade – dos outros. Estas convicções “(...) se modificam quando as sociedades se modificam” (p.28). Isso significa que o gênero é atribuído ao corpo, implicando em atribuições diferenciadas para os sexos, lugares que ocupam no grupo e na sociedade, bem como o poder e o prestígio dessa posição.

Grossi (1998) nos explica que *“Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado como papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra.(...) E também mudam no interior de uma mesma cultura,”* (p. 07) De qualquer forma, é na socialização primária que os papéis sexuais são estabelecidos. Conforme explicam Berger e Luckmann (1985) *“A socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral.”* (p.178) Ou seja, o que é esperado pela sociedade. Já a

socialização secundária seria "(...) *qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.*" (p.175) A socialização secundária é, de certa forma, para esses autores, "(...) *a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho.*" (p.176) É também na socialização secundária que acontece "(...) *a interiorização de submundos institucionais ou baseados em instituições*". (p. 184) Esses autores explicam que as ações se tornam habituais, moldadas em um padrão em que começam a ser reproduzidas: "*A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores.*" (p.79) Assim, cada tipificação é uma instituição e essas tipificações são socialmente partilhadas pelo grupo. Assim ocorreu com os papéis sexuais.

O conceito de papel envolve três níveis: a) institucional, b) individual e c) interacional (Maisonneuve, 1977). O primeiro nível caracteriza-se pela "(...) *prescrição e pela relação com o sistema de posições sociais.*" (p.61) Isso envolve as questões posição e estatuto e as respectivas condutas que se espera de um indivíduo. O autor define posição como "(...) *lugar ocupado por dado indivíduo (e reconhecido como seu) num dado sistema social,*" (p. 61-62) E distingue entre papéis institucionais e papéis funcionais. Categorias como sexo e idade são institucionais, correspondem a posições e modelos da sociedade, enquanto os funcionais implicam na ação do indivíduo de acordo com sua posição em grupos ou organizações. O autor alerta para o fato de que pode haver conflitos entre estes dois "campos posicionais" e menciona o exemplo de uma mulher censurada no campo profissional: o papel institucional de mulher é conflitivo com o funcional – o profissional, a posição dela na empresa, ou a execução de certas tarefas.

Em nível individual, acontece a relação entre a personalidade e o desempenho dos papéis:

*“Cada individuo assume seu papel, ou seus papéis, de modo mais ou menos fiel aos modelos vigentes na sociedade global, ou em dado grupo local (...) [Mas os indivíduos podem] suprimir, ou inovar, em relação ao modelo (...) depende das atitudes próprias do sujeito, isto é, da maneira pela qual ele se sujeita aos modelos, percebe-os ou os seleciona”.* (p. 63).

O terceiro nível consiste na interação de papéis. Do contato com outras pessoas (e seus respectivos papéis) podem surgir mal-entendidos e conflitos. O aspecto comunicacional está bastante envolvido nesse nível. É necessário que haja uma correspondência entre as informações trocadas pelas pessoas envolvidas. Assim, Maisonneuve (1977) conclui que os papéis têm uma função de equilíbrio: *“(...) de regulação das relações sociais e função de integração da personalidade”.* (p.70) Por isso é importante que se atente para os conflitos de papel, que podem alterar essa função, os quais derivam de a) condições sócio-culturais; b) ao nível interacional e c) ao nível individual, que estão inter-relacionados e intimamente ligados ao estatuto ("status"). O estatuto é definido por Maisonneuve (1977) compreendendo duas concepções: uma “tonalidade” prescritiva, envolvendo estatuto e papéis e uma “tonalidade” avaliadora – o estatuto enquanto categoria social. A concepção prescritiva entende que *“Num sistema cultural, ou em dado grupo, o estatuto designa o conjunto dos atributos ligados à posição de um indivíduo nesse sistema e certos comportamentos com os quais seu detentor pode legitimamente contar de parte dos outros.”* (p. 77). Ele cita como exemplo a profissão, que tem certa posição numa estrutura hierárquica, se define por certo tipo de atividade, de relação com certas pessoas e, portanto, tem um certo prestígio. Enquanto categoria social, o estatuto compreende o estabelecimento de hierarquias e *“(...) posições sociais dentro de um sistema cultural e de grupos mais ou menos extensos, ou restritos (nações, aldeias, empresas, etc.) (...) [envolvendo uma] escala de prestígio e poder; nesse sentido dir-se-á estatuto baixo ou elevado, superior ou inferior”.* (p.79)

De certa forma, podemos caracterizar esta situação ampliando um exemplo de Maisonneuve (1977). Ele coloca como um conflito derivado de condições sociais a evolução e superação de papéis tradicionais (e, conseqüentemente certa mudança no estatuto), referindo-se ao “(...) *caso da imagem do papel da mulher contemporânea*” (p. 70), que ao nível interacional provoca uma “(...) *discrepância entre duas ou várias pessoas*” (p. 71). Ou seja, a modificação em aspectos dos papéis sexuais, fortemente enraizados na cultura, traduzindo-se por estatuto diferenciado, podendo gerar conflitos entre homens e mulheres. A inversão de papéis sexuais tradicionais foi contemplada na pesquisa de Siqueira (1997). As escassas oportunidades de emprego têm sido um dos fatores principais dessa mudança. A autora investigou seis famílias onde os homens estavam desempregados e lidavam com os serviços domésticos enquanto as mulheres trabalhavam fora e eram as responsáveis pelo sustento do grupo familiar. Citando um caso, a autora observa que embora o homem se ocupe de atividades domésticas as considera como femininas, mas as encara como um trabalho qualquer a ser realizado (no momento é necessário). No entanto, aos poucos vai passando para as filhas a incumbência das tarefas domésticas que considera femininas como cozinhar, lavar e passar. A ele caberiam os pequenos consertos e a limpeza do quintal. Percebemos aqui um conflito de papéis que se traduz por estatuto diferenciado em relação às tarefas. Embora sejam atividades importantes para preservar a higiene, saúde e bem-estar familiar, não são socialmente valorizadas, ou seja, não fornecem “status” a quem as executa. São rotineiras: o alimento preparado é consumido, sendo preciso manipulá-lo novamente; a louça suja, a roupa amassa. É um trabalho sempre “por fazer”, seu resultado é momentâneo. Enquanto isso, consertar algo significa “transformá-lo” e devolver a vida; é visivelmente mais permanente. Observamos a tentativa do pai em iniciar as filhas naquelas atividades rotineiras, consideradas cultural e historicamente como femininas, e além disso, ele restringe-lhes outros comportamentos, começando pela diversão - “soltar pipa” é uma brincadeira masculina. A socializa-

ção vai ajudar a prescrever e internalizar os comportamentos "adequados" a seus filhos e a suas filhas.

## 1.2 Identidade Profissional

Autores como Strey, González, Martínez e Carrasco (1995); Strey (1995); Lassance e Magalhães (1987), argumentam que o principal fator que interfere no projeto profissional das mulheres, apontando-lhes e definindo-lhes uma certa identidade profissional são as diferenças na socialização para o sexo masculino e feminino. Lassance e Magalhães (1987), observaram que a escolha profissional está intimamente ligada ao autoconceito, influenciado fortemente pela socialização "primária". Eles lembram que as mulheres "*São socializadas na direção de serem mais confiáveis, obedientes, honestas, comportadas, calorosas, amorosas, tornarem-se boas mães e boas donas de casa (...) [e responsáveis] pela manutenção da afetividade dos relacionamentos familiares (...)*" (p.52).

Comportamentos como competição, racionalidade, oportunismo, individualismo, autonomia são encorajados nos rapazes e estão estritamente relacionados ao campo do trabalho. Assim, o fato de se ser homem ou mulher facilitaria e/ou dificultaria algumas opções profissionais, claramente influenciadas pela socialização, mas também pela sociedade em geral, que tem representações diferenciadas do campo ocupacional e cobra o desempenho dos papéis sexuais e seus respectivos atores.

Interessados em estudar os aspectos psicossociais envolvidos na elaboração do projeto profissional de homens e mulheres, Strey e cols.(1995) realizaram pesquisa em Madrid, Espanha, com estudantes de 2º grau profissionalizante, 2º grau normal, universitários e profissionais. Os resultados são apresentados em cinco categorias: 1) planos para o futuro; 2) autoavaliação; 3) estereótipos de "papel de gênero"; 4) influências nas tarefas e projetos e 5) valores de trabalho. Em se tratando de *planos para o futuro*, observaram que nas três classes de



estudantes, as mulheres expressam desejo de casar-se mais cedo que os homens; entre os profissionais, a carreira é mais importante para as profissionais mulheres do que para os homens, e é de igual importância entre os universitários homens e mulheres. Quanto à *auto-avaliação*, as mulheres, com exceção do 2º grau profissionalizante, são mais emotivas, têm mais dúvidas sobre a capacidade de êxito na vida e apresentam maior solidariedade; as estudantes de 2º grau apresentam-se menos confiantes em si mesmas e mais preocupadas com a casa. Os rapazes de 2º grau demonstram mais confiança em si e os universitários maior competitividade. Quanto aos *estereótipos de papéis sexuais*, os rapazes de 2º grau colocam as atividades de casa como de maior responsabilidade das mulheres; já as moças manifestam desejo de papéis mais igualitários. Ao nível profissional, pouco mais que ao nível universitário, homens e mulheres apresentam maior tendência a concordarem com papéis sexuais igualitários. Com relação aos *valores de trabalho*, os rapazes de 2º grau profissionalizante e universitários expressam interesse em obter benefício econômico e possibilidade de promoção, respectivamente, enquanto que as mulheres de 2º grau e as profissionais desejam que não haja discriminação em função do sexo; possibilidade de trabalhar em tempo parcial aparece entre mulheres universitárias e profissionais.

Esses dados permitem-nos pensar que há certa preservação da divisão de papéis sexuais, por exemplo, no maior interesse da mulher pela família, e possivelmente, do melhor cumprimento do papel de mãe, quando elas expressam desejo de trabalho em tempo parcial. No entanto, ao mesmo tempo em que querem desempenhar bem esses papéis, concomitantemente com o profissional, procuram responsabilizar também os homens, à medida em que buscam um nível mais igualitário nos estereótipos de papéis sexuais. O fato de as profissionais considerarem importante a carreira profissional deve estar refletindo a insegurança que sentem no mercado. Na preparação para o trabalho - universidade- ambos colocam a carreira como algo importante. A maioria ainda não foi absorvida pelo mercado na área profissional com a qual

se identifica, até pelo fato de lhe faltar a formação. No entanto, inseridos no mercado, a carreira tem tido menos obstáculos para os homens. Já as mulheres enfrentam determinados obstáculos colocados pelo mercado, alguns referentes à sua anatomia (capacidade de gestar), outros que questionam sua competência, por exemplo. Assim, quando elas dizem que a carreira é importante estão falando do seu comprometimento com a profissão, estão dizendo que se identificam e incorporam o trabalho, que seu trabalho não é mais (ou não é apenas) uma contribuição financeira complementar para a casa, é também algo que as satisfaz. O fato é que a questão da diferença sexual, reflete-se no mercado de trabalho. Como explica Lobo (1992), as definições de qualificações, carreiras, promoções, são diferentes para ambos e concretamente permeadas por relações de “força”. Hoje, as mulheres lutam mais pela “desmasculinização” das ocupações do que por provar sua própria qualificação. Mas a linguagem do trabalho é masculina e elas são chamadas a medir forças com os homens. Isso é explicado por Rodrigues (1992), referindo-se à apreensão tecnológica:

*“(...) o avanço tecnológico não pode ser pensado fora de um campo de relações de força – e devemos estar atentos para os casos em que ele desqualifica postos anteriormente qualificados (e os feminiza), ao mesmo tempo que qualifica postos anteriormente desqualificados e os (masculiniza)”. (p.271)*

De acordo com esta autora, a divisão de tarefas é desigual entre os sexos, e na maioria das vezes, o que é feito pelo homem é mais valorizado, e não só em termos financeiros. Ela investigou cinco fábricas na Grande São Paulo, a respeito do lugar e imagem da mulher no processo de trabalho, e não encontrou homens e mulheres desempenhando as mesmas tarefas nas fábricas. Observou uma separação sutil de atividades “masculinas” e “femininas”, não no sentido de “tarefas que as mulheres podem desempenhar melhor”, nem no de serem tradicionalmente femininas. Esta separação está ligada ao contexto da fábrica onde normalmente

identifica-se um afastamento das mulheres no que diz respeito à tecnologia. A esse respeito Castro e Guimarães (1997) consideram que há

*“(...) realidades em que as regras culturais de relações entre os sexos e os conteúdos assignados a papéis ‘femininos’ sujeitam mulheres a processos de violência simbólica que produzem e reproduzem assimetrias, as quais apenas se expressam no âmbito do mercado e das relações institucionalizadas porque são significantes da consciência dos indivíduos, regulando os limites do ‘possível’ e do ‘próprio’ no mundo das relações sociais no trabalho. Esse parece ser o caso do Brasil” ( p.187).*

Os estudos de Rodrigues (1992), e Castro (1997) são consistentes com a investigação de Puppim (1994), que em estudo sobre uma empresa multinacional com sede no Brasil, apontou para o fato de que se concebe os homens e as mulheres sob traços estereotipados que influenciam nas relações de trabalho, ou, mais propriamente, na relação emprego/cargos: atribui-se limites às mulheres em função de sua condição de gênero. Pensa-se a mulher como tem sido culturalmente pensada: “é frágil”, “tem menos neurônios e, portanto, menos capacidade”; é “emotiva”, “perturbada hormonalmente”, etc. Os homens, por sua vez, são considerados “viris”, “mais racionais” e com “melhor raciocínio”. As profissões são definidas socialmente, de acordo com as “ocupações” (se quem as exerce é homem ou é mulher), em feminizadas e masculinizadas, mesmo dentro de uma mesma categoria profissional: *“(...) as diferenças ocupacionais por gênero parecem se desdobrar em demarcações mais sutis no plano do mercado de trabalho”* (p.32). Esta pesquisa mostrou, por exemplo, que os cargos e funções de linha, que faziam parte da hierarquia da empresa, eram abertos apenas a homens. Às mulheres era reservado, no máximo, o exercício de funções de “staff”: assessoras, consultoras. Na seleção para os cargos acontece uma representação naturalizada do feminino e do masculino, onde a preferência pela chefia masculina está diretamente relacionada aos estereótipos do feminino. Amâncio (1996), explica que há uma assimetria na definição da pessoa

homem e da pessoa mulher, sendo marcada por uma diferenciação do masculino enquanto “uma pessoa singular”, que tem autonomia social, não estando presa a um contexto, ao contrário do feminino, que está limitado ao contexto, e tem uma função a desempenhar. A pessoa mulher não é socialmente referente, como o homem. Citando o resultado de uma de suas pesquisas, ela conclui que os estereótipos do feminino caracterizam atores e comportamentos femininos, ao passo em que os estereótipos do masculino

*“(...) não caracterizam os actores do sexo masculino, nem nenhum tipo de comportamento em particular, mas servem para caracterizar os actores do sexo feminino quando o seu comportamento não corresponde às orientações normativas definidas pelo estereótipo feminino” (p. 305).*

O homem é considerado um ser socialmente referente, e a mulher é definida em relação a ele. Isto se confirma a partir do relato dos entrevistados de Puppim (1994), para os quais, um “bom administrador” deve ter características como agressividade e combatividade, que são consideradas presentes “na personalidade do homem”, o que justifica a não escolha de uma mulher para o exercício dessa ocupação. Por outro lado, quando há mulheres que apresentam essas características também não são escolhidas, pois são vistas negativamente. O modelo do “bom administrador”, além de ser masculino, deve estar incorporado na pessoa do homem. Verificou-se também, no estudo citado, que há atribuições de causas diferentes a problemas encontrados no trabalho em função do gênero: se é o homem quem enfrenta obstáculos, atribui-se o problema no trabalho a um motivo externo, não intrínseco à sua ação; por sua vez, se é a mulher quem os enfrenta, o problema é explicado simplesmente pelo fato dela ser mulher – a causa é percebida como interna. Esta dupla atribuição de causalidade acontece frequentemente nas relações de trabalho, e parece ser utilizada para justificar uma diferenciação entre o homem e a mulher nessas situações.

Para Tamanini (1997), a divisão sexual do trabalho não esgota a problemática das relações de trabalho, pois elas são um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres, que envolvem “construções culturais e históricas interdependentes e complementares.” (p.26) Por isso tem de ser pensada a partir da categoria gênero, enquanto construção e relação social entre os sexos. Desta forma, complementa Lobo (1992):

*“As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino: os gêneros. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos locus das relações de gênero. (...) a categoria gênero (...) abre espaço para pensar as novas questões que preocupam a nova Sociologia do Trabalho: as ‘metamorfoses’ do trabalho e seu questionamento, a subjetividade no trabalho e as identidades no trabalho, o problema de desigualdade e de diferenças e as formas contemporâneas de gestão e de políticas sociais”* (p.260).

A questão da participação da mulher no mercado de trabalho pode ser resumida em três grandes tipos de estudos, como coloca Castro (1987): 1) os que buscaram detectar grandes movimentos históricos na incorporação do trabalho da mulher; 2) aqueles que objetivaram a compreensão de como as diferenciações impressas pela condição de gênero se expressam no cotidiano do trabalho (divisão das tarefas, direitos trabalhistas, salários, etc.); e 3) os que enfocaram o trabalho feminino a partir da unidade doméstica e da organização da vida familiar.

A Psicologia Social vem contribuir, ampliando esses campos de pesquisa, ou mais concretamente fornecendo-lhes novos dados, através de estudos sobre os conhecimentos produzidos e compartilhados a partir da perspectiva do gênero. Cabe discutir questões teóricas a este respeito.

## **2. Representações Sociais, Identidade Social e**

### **Relações Intergrupais**

As pesquisas sobre a relação da mulher com o trabalho têm abordado temas como direitos trabalhistas, a dupla jornada de trabalho da mulher, saúde no trabalho, a sexualização das ocupações, etc. No entanto, é interessante discutir a relação gênero e trabalho, na perspectiva dos protagonistas, ou seja, estudar as representações sociais que homens e mulheres produzem sobre essa relação. Em uma pesquisa realizada em Portugal, Costa (1992) investigou as representações sociais dos gêneros em diversas esferas. No que se refere ao campo das ocupações, a autora aborda a questão da representação das profissões para homens e mulheres. A partir da apresentação de um quadro de profissões – empresário, deputado, operador de informática, telefonista, motorista de táxi, policial, médico, engenheiro, eletricista, juiz, cirurgião e trabalhador agrícola - questionaram-se homens e mulheres sobre se o desempenho em tais profissões seria melhor por parte do sexo masculino ou do feminino. A função de telefonista foi eleita, por ambos, como melhor desempenhada por mulheres. Já as de motorista de táxi, eletricista, deputado e trabalhador agrícola foram profissões definidas como masculinas. Podemos inferir que, ao serem questionados acerca da ocupação de uma profissão por um homem e/ou uma mulher, os entrevistados responderam de acordo com esquemas já internalizados. Explicaram o fato ancorando-o em imagens já socialmente significadas do que seja o masculino e o feminino, e também das informações que têm sobre as profissões, ou

seja, com base nas representações sociais de gênero e de trabalho que circulavam em seus contextos grupais.

Representações Sociais (RS), conforme explica Moscovici (1978), são um "(...) conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano no decurso de comunicações interindividuais." (p. 181) Elas "(...) circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro em nosso universo cotidiano" (p.41). O autor explica que elas estão presentes nas relações sociais, na produção ou consumo de objetos e nas trocas comunicativas. Assim, podemos dizer que as RS se caracterizam pela presença de conteúdos relacionados a objetos, dos quais os indivíduos se "apropriam", através de comunicações interpessoais, produzindo um conhecimento comum (que envolve conceitos, afirmações, explicações), compartilhado por um grupo, uma sociedade e que guiam suas práticas cotidianas, o que as caracteriza como verdadeiras "teorias do senso comum". Esses conteúdos das RS, conforme Jodelet (1989), podem ser informações, imagens e atitudes acerca de um objeto, tais como uma teoria científica, uma categoria social, uma questão social como o trabalho, as profissões, saúde, doença, etc.

A função básica das RS é representar o mundo: re-representar a(s) realidade(s) ao pensamento; interpretar a(s) realidade(s), o que significa definir sua natureza, origem e funcionamento e organizar as relações dos homens entre si e com a natureza. Moscovici (1981) esclarece, no entanto, que a função de todas as RS é tornar o não-familiar familiar; tornar o desconhecido conhecido. Nesse sentido dois processos estão presentes, a ancoragem e a objetivação. Ancorar significa classificar e nomear. Segundo Moscovici (1981), diante da necessidade de reconstruir um objeto, fazemo-lo utilizando classificações e rotulações, a partir de nossos conhecimentos anteriores, de categorias e imagens já introjetadas (onde a memória exerce importante função), com o objetivo de compreendê-lo. Assim, classificamos o novo objeto, o desconhecido, de acordo com um certo padrão de comportamento e normas. Esse

processo atribui a cada elemento representado um significado, e articulado com a dimensão atitude, reflete-se num senso valorativo seja positivo ou negativo, pois ao rotularmos estamos julgando e ao nomear estamos atribuindo uma identidade ao objeto desconhecido que está sendo representado. Através da nomeação o objeto é inserido nas categorias compartilhadas pelo grupo. Assim articulados esses processos originam os protótipos, que conforme Moscovici (1981) são constituídos de um conjunto de traços e características, relacionados a uma matriz icônica, a um modelo.

Objetivar é reabsorver um excesso de significações, materializar os conceitos, criar uma imagem deles (figura), de forma a torná-los expressão de uma realidade: *"Em cada sociedade, uma enorme quantidade de palavras circula em torno de um objeto específico, e nós somos constantemente urgidos a associá-lo com um significado concreto. Uma vez que palavras lidam com "nada", tenta-se ligá-las a algo."*<sup>6</sup> (Moscovici, 1981, p.199). Assim, a representação não é pura imagem, é sempre uma construção (figuração). Produzir RS significa construir símbolos coletivamente. Dessa forma, as representações têm um lado figurativo (ou imageante) e um sentido simbólico.

O conteúdo e o sentido das RS podem ser compreendidos através da análise das três dimensões, como explica Moscovici (1978): a *informação*, a *atitude* e o *campo da representação (ou imagem)*. A dimensão informativa refere-se aos *"(...) conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social"* (p. 67), sendo que a comunicação (circulação de informações) exerce um papel fundamental na produção de RS. A Atitude é *"(...) a orientação global em relação ao objeto da representação social"* (p.70), ou seja, refere-se a como o grupo se posiciona em relação ao objeto representado. O campo da representação, refere-se à própria estruturação da representação. Moscovici (1981) considera a existência de uma orga-

---

<sup>6</sup> In every society, a huge mass of words circulates around any specific object, and we are constantly urged to associate it with a concrete meaning. Since supposedly words do not deal with "nothing", one tries, perforce, to attach them to something.



nização hierárquica da representação, como explica Sá (1996) uma hierarquia interna dos conteúdos representacionais (propriedades qualitativas e figurativas). As teorias do núcleo figurativo desenvolvida por Moscovici (1981) e a teoria do núcleo central, desenvolvida por Abric (1994), procuram explicar como uma representação social está organizada. A noção de núcleo figurativo surge com o processo de objetivação. Como já dissemos, "(...) remete-nos à *idéia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições atinentes a um aspecto preciso do objeto da representação*" (Mocovici, 1978, p. 69). Nem todas as palavras podem ser associadas a uma imagem. Mas aquelas que têm esse potencial, que permitem reproduzir um complexo de idéias são as que constituem o núcleo figurativo da representação. A teoria do núcleo central (abordagem estrutural das representações sociais) explica que toda representação se organiza em torno de um ou mais elementos centrais que lhe fornecem significação. Eles formam o núcleo central da representação. As funções do núcleo central (ou núcleo estruturante), conforme explica Abric (1998), são as de criar ou transformar o significado dos demais elementos que compõem a representação, dar-lhes um sentido e um valor, e em complementação unir esses elementos procurando unificar e estabilizar a representação. O núcleo central está relacionado à homogeneidade do grupo: "*Ele será, dentro da representação, o elemento que mais vai resistir à mudança.*" (Abric, 1998, p.31) A ausência dos elementos centrais pode desestruturar ou modificar a representação.

É importante verificar a organização do conteúdo das representações para compreendê-la ou conhecer sua especificidade. Abric (1998) explica que duas representações podem ter o mesmo conteúdo, e no entanto serem radicalmente diferentes. Isso se comprova pela organização desse conteúdo, isto é, por sua centralidade. Se esses mesmos conteúdos estiverem organizados de forma diferente são forte indicador de representações sociais diferentes. Sá (1996) lembra que o núcleo central pode assumir uma dimensão funcional e uma dimensão

normativa. Na primeira, os elementos privilegiados na representação seriam aqueles mais importantes para a realização da tarefa; a segunda refere-se à possível centralidade de uma norma, estereótipo ou atitude, originadas de uma situação em que aspectos sócio-afetivos, sociais ou ideológicos estejam presentes.

Os outros elementos a que nos referimos anteriormente estão organizados em torno do núcleo central e são denominados de "elementos periféricos". Abric (1998), explica que *"Eles constituem o essencial do conteúdo da representação: seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos."* ( p. 31). De acordo com o autor esses elementos formam um "sistema periférico", sendo determinado pelas características do contexto imediato, refletindo o cotidiano da representação. Ele permite, em associação com o sistema central, ancorar na realidade do momento. Além disso, os elementos periféricos nos permitem verificar se está ocorrendo alguma transformação da representação. Flexibilidade é uma característica marcante desse sistema, que permite a expressão individualizada das representações sociais, ou seja, ele permite a heterogeneidade do grupo, funcionando como uma proteção do sistema central. Abric (1998) aponta três funções primordiais dos elementos periféricos: a) função de concretização: permite que a representação seja formulada em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis; b) função de regulação: constituindo o aspecto móvel e evolutivo da representação o sistema periférico permite a adaptação da representação às evoluções do contexto, integrando as novas informações; c) função de defesa: como já comentamos, o sistema periférico permite contradições nas representações (heterogeneidade); ele defende o núcleo central.

O sistema central e o sistema periférico permitem *"(...) compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado num sistema de valores partilhados pelos mem-*

*bro do grupo; móveis e flexíveis posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos." (Abric, 1998, p.34)*

Jovchelovitch (1998), lembra que as RS *"(...) são construções sempre ligadas a um lugar a partir do qual sujeitos representam, estando, portanto, intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais." (p. 77)*. É nesta perspectiva que Duveen (1998) explica a construção da identidade de gênero. De acordo com ele, quando uma criança nasce, é alguém já revestido de características, de uma identidade social, pois está inserido num contexto onde as pessoas que a rodeiam identificam-na como um menino ou como uma menina. Assim, *"(...) a criança torna-se, antes de tudo, um objeto no mundo representacional dos outros, que ancoram esse ser novo e desconhecido numa classificação especial, lhe dão um nome particular e objetivam suas representações na forma como interagem com ele" (p. 83)*. Progressivamente a criança apreende, segundo o autor, *"o significado desse ato social"*, que contribui para o desenvolvimento da sua identidade de gênero: *"(...) a forma física serviu de significante para outros indivíduos projetarem uma identidade de gênero sobre elas (...) essa identidade social é progressivamente interiorizada pelas crianças" (p. 84)*.

Aihara (1984) considera identidade social como *"(...) um conjunto composto de inúmeros papéis localizados em diferentes pontos da dimensão de status" (p.16)*, o que parece indicar sua preocupação com a posição social do indivíduo como sinônimo de uma identidade social, mas sem considerar a importância da interação social. Esta última noção está intimamente relacionada à teoria de Tajfel e Turner (1979). Para estes autores, a identidade social, além de ser *"(...) aquela parcela do autoconceito de um indivíduo que deriva do seu conhecimento de sua pertença a um grupo social" (p. 290)*, está ainda, intimamente ligada ou associada ao *"(...) significado de valor que ele atribui a essa pertença (...) [e isso é definido] através dos efeitos das categorizações sociais que dividem o meio social do indi-*

*viduo no seu próprio grupo e em outros.” (p. 294). Segundo Tajfel (1982), “(...) a categorização social é o processo através do qual se reúnem os objetos e acontecimentos sociais em grupos, que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo.” (p. 290)*

Duveen (1998) opõe-se a essa idéia de que as categorizações determinem as identidades. Para ele, a teoria da identidade social de Tajfel deve uma explicação do porquê de os indivíduos se classificarem de determinadas maneiras. Ele argumenta que a teoria Tajfeliana fornece apenas as conseqüências da categorização. Para Duveen (1998), não é a partir da categorização que os indivíduos se identificam (formam sua identidade –adquirem-na), mas é a partir de sua identidade que eles se categorizam. A abordagem de Tajfel, no entanto, considera este aspecto: o indivíduo, no processo de identificação, forma um autoconceito, percebendo-se, identificando-se com certos grupos, certos segmentos sociais e não outros e, assim, incluindo-se ou não em uma categoria social. A pertença a uma categoria social, por sua vez, traduz-se na identidade social: a categorização é uma identificação de si mesmo em termos sociais. Tajfel e Turner (1979) explicam que as categorias sociais são instrumentos cognitivos que classificam e ordenam o ambiente social, fornecem um sistema de orientação de auto-referência, definindo o lugar do indivíduo na sociedade.

Tajfel (1982) elabora seu conceito de identidade social numa perspectiva intergrupar e admite que a forma como a define é limitada. Ele explica que é proposital, procura evitar discussões sobre o tema que não chegariam a um consenso e porque seu conceito é prático para suas teorizações. O autor observa que os indivíduos esforçam-se para obter uma identidade social positiva. Isso reflete a seqüência categorização social – identidade social - comparação social – diferenciação psicológica de grupo. Referindo-se a uma abordagem dinâmica da identidade social em nível intergrupar, Tajfel (1982) argumenta que é “(...) a perspectiva comparativa que estabelece a ligação entre categorização social e identidade social.”

(p. 292) Assim, “(...) a identidade social [é] entendida como derivando de forma comparativa e relacional das pertencas de um indivíduo a grupos” (Tajfel, 1982, p.315).

Duveen parece ter certa razão em sua argumentação. Se, como ele coloca, a “*identidade (...) é, antes de mais nada separação e diferenciação do outro (...) [uma construção] da diferença*” (p. 99). Então, quando me diferencio, ou seja, construo minha identidade, poderia me incluir em alguma categoria ou formar uma, pois já tenho minha imagem, ou autoconceito e, a partir disso incluir-me-ei em algum lugar, ou categoria que me identifique. No entanto, quando nascemos já estamos incluídos em certas categorias como a pertença sexual, o próprio Duveen reconhece isto (1998, p.83), cor da pele – negro, branco, amarelo, a nacionalidade, etc. Pertencer a uma dessas categorias (ou outras) contribui para a formação de uma identidade social, pois que elas são definidas de acordo com critérios de classificação, tendo um significado social, e geralmente a respectiva atribuição de valor positivo ou negativo, um estatuto social. Ao nos categorizarmos, categorizamos também as outras pessoas. Estamos identificados segundo alguns critérios e identificamos os outros segundo outros critérios. Dessa forma, estabelecemos uma relação entre “nosso grupo” (in group) e o “outro grupo” (out group).

Pertencemos a várias categorias e grupos. Somos homem ou mulher, brasileiros ou estrangeiros, católicos ou não-católicos, profissionais da área x ou y. Homens e mulheres formam duas grandes categorias. São definidos a partir da percepção da diferença sexual anatômica. Uma identidade social de gênero - além do que foi discutido anteriormente em “*identidade de gênero*” - seria adotada a partir do sentimento de pertencer a uma ou outra categoria. Assim, os gêneros poderiam formar um grupo social em certo contexto onde o que os categoriza diferencialmente seja relevante, estando presente o sentimento de pertencer a tal categoria e não outra.

Tajfel e Turner (1979), entendem como grupo um certo número de indivíduos que percebem a si e são percebidos por outros como pertencentes a determinada categoria social, e que partilham de um envolvimento emocional por sua pertença. Perceber-se como pertencente a um grupo e não a outro produz, também, de acordo com Martin-Baró (1985), uma inclinação a ver e atuar mais favoravelmente com os membros do próprio grupo. Esta percepção está mediada por um processo de valorização social do próprio grupo ou categoria. Para Tajfel (1982), quando os indivíduos partilham uma afiliação social comum – importante para eles, e percebem que a partilham, dividem-se em nosso grupo e grupo dos outros, atribuindo a cada um características diretamente determinadas por tradições sociais que sintam como comuns ao grupo no seu todo.

Segundo Tajfel (1982) uma relação social estritamente em nível pessoal, ou seja, um simples encontro entre duas pessoas onde a interação é baseada em características e relações pessoais no sentido individual, é absurda. O autor refere-se, assim, a uma teorização ao nível de um "continuum" interpessoal-intergrupar. O fato de pertencermos a várias categorias sociais afetaria essa relação interpessoal: "*(...) haverá certas expectativas gerais quanto às suas características e comportamento*" (Tajfel, 1982, p. 273).

A categorização social está relacionada, como já nos referimos, com o processo de comparação social, que consiste na avaliação de um grupo ou categoria social com referência a outros grupos ou categorias sociais, no caso desta pesquisa, homens e mulheres e as categorias profissionais de Arquitetura e Engenharia Civil. A comparação social envolve características e atributos carregados de valor, que se resumem em positivos ou negativos e conduz a um processo de diferenciação intergrupar (Tajfel e Turner, 1979).

Com relação a este aspecto Amâncio (1996), referindo-se aos estudos de Tajfel (1969), observa que eles "*(...) mostravam que uma categorização provocava uma diferenciação entre as categorias sociais que se traduzia numa avaliação positiva da categoria de per-*

tença em detrimento de outra, (...) [traduzindo-se também] em discriminação intergrupos, (...)” (p.293).

O in group pode, inclusive, produzir RS para conseguir uma diferenciação positiva em relação aos out groups. Duveen (1998) confirma esta diferenciação quanto às RS de gênero.

Diz ele:

*“A questão central nas representações sociais de gênero, é uma metáfora reprodutiva que oferece uma imagem de gênero em termos de uma oposição bipolar entre o masculino e o feminino. (...) [Eles] não são iguais, e a sombra que essa desigualdade produz pode ser observada nas disputas que irrompem sobre o acesso a recursos e, nos padrões psicológicos, de superestimar o mesmo grupo sexual [in group] e desvalorizar o gênero oposto [out group]”* (p. 86-87).

De acordo com Tajfel (1982), essa diferenciação é um processo que visa manter a superioridade sobre um “out group” com base em alguma dimensão relevante para o grupo de pertença. Isso se traduz no favoritismo do grupo próprio e, simultaneamente, a busca de uma identidade social positiva.

Quando a identidade social está ameaçada ou é percebida como negativa, os indivíduos ou grupo podem reagir, de acordo com Tajfel e Turner (1979), conforme três estratégias: a) mobilidade individual, b) criatividade social e c) competição social. A mobilidade individual é a tentativa de um indivíduo deixar seu grupo (de baixo “status”) em direção a um grupo de “status” mais elevado – positivo. É uma busca pessoal que surge da recusa do indivíduo a identificar-se com o in group. Esses autores consideram “status” enquanto produto da comparação social – no quadro de estudos intergrupais: é a posição ocupada por um grupo através de comparações e envolve uma dimensão avaliativa: baixo “status” e alto “status”.

A criatividade social é uma estratégia grupal, que busca distintividade para o in group, podendo ocorrer de três formas: a) o in group busca uma nova dimensão comparativa

com o out group (eles são bons em tal tarefa, mas nós somos melhores em tal outra); b) mudança no sistema de valores, onde a valoração negativa de atributos do grupo passam a ser percebidas como positivas; c) mudança de out group: buscam a comparação com um out group de menor “status”. De acordo com Tajfel (1982), com o movimento feminista, o fato das mulheres reivindicarem o reconhecimento e valorização para suas tarefas tradicionais, ou seu papel de dona de casa, significa uma forma de reavaliação positiva do seu grupo (das características diferenciadoras); do contrário pode, também, ocorrer uma competição mais direta, onde buscariam tornar-se o mais parecido com o grupo “superior”.

A competição social implica na tentativa do in group de buscar alcançar distintividade positiva competindo diretamente com o out group. Tajfel (1982) explica que *“A ‘acomodação’ ou ‘competição social’ consiste nas tentativas da minoria em manter a sua identidade própria e independência, ao mesmo tempo que vai se tornando mais parecida com a maioria nas suas oportunidades para realizar objetivos e obter valores de respeito valorizados, na generalidade, pela sociedade total.”* (p. 380)

Nesse sentido, Nascimento-Schulze (1996), alerta para o fato de que *“(...) quando a percepção social dos membros do in group sobre os do out group envolve algum conflito intergrupais ou competição social”*, os estereótipos precisam ser considerados (p. 113). Ou seja, nas relações intergrupais pode haver estereotipia, isto é, a correlação de determinados atributos psicológicos ou sociais a determinado grupo ou categoria. Para Lewin (1973), os estereótipos que permeiam as relações intergrupais devem ser vistos como traços culturais, sendo que sua estabilidade e mudança dependem de acontecimentos nos grupos.

Os estereótipos podem ser definidos como idéias generalizadas e simplificadas sobre uma categoria, compartilhadas por grande número de pessoas (grupos sociais e entidades), visando a adaptação cognitiva e comportamental das informações recebidas do meio. São uma *“(...) atribuição de características psicológicas gerais a grandes grupos humanos”* (Tajfel,



1982, p.148). Os estereótipos têm origem em tradições culturais. Surgem a partir de processos de categorização e tendem à simplificação. Nesta perspectiva, esclarece Amâncio (1996): “*Os estereótipos sociais constituem (...) formas específicas de organização subjetiva da realidade social, reguladas por mecanismos sócio-cognitivos, que permitem compreender sua incidência e resistência nas interações sociais, ao contrário das explicações que os associavam a ‘desvios’ individuais, (...)*” (p.293).

Segundo Tajfel (1982) os estereótipos têm três funções sociais: causalidade social, justificação e diferenciação. Ele afirma que “*As relações de competição e poder entre os grupos determinarão, decisivamente, a natureza das funções psicológicas que têm que ser desempenhadas pelas imagens recíprocas dos grupos*” (p.176). Os estereótipos contribuem para a criação e preservação de ideologias de grupo, para explicar ou justificar diversas ações sociais. Ajudam a criar e preservar diferenciações positivamente valorizadas de um grupo social em relação a outros. Assim, auxiliam o indivíduo na ordenação do cotidiano, bem como na preservação do sistema de valores grupais.

Amâncio (1996), observa que há um consenso nas investigações da psicologia social sobre os estereótipos sexuais em diferentes culturas e sociedades, o que “*(...) permite considerá-los não só um suporte simbólico das posições sociais objetivas dos dois grupos mas também da construção da representação de si dos indivíduos de ambos os sexos*”(p.305). Os estereótipos do masculino e do feminino são atribuídos em decorrência da categorização e da comparação sociais dos sexos e estão carregados de valores positivos e negativos que legitimam práticas sociais e, assim, têm uma importância na divisão sexual do trabalho.

Essa explicação reafirma que RS e relações intergrupais estão estritamente relacionadas. De acordo com Abric (1998), além da função cognitiva à qual já nos referimos, de permitir compreender e explicar a realidade e assim transmitir o conhecimento comum produzido, as RS ainda têm três outras funções estritamente relacionadas: Definem a **identidade**

grupual, permitindo situar-se no social, categorizar e efetuar comparações sociais. **Orientam** os comportamentos do grupo, funcionando como um guia para a ação. Permitem **justificar** comportamentos e atitudes do nosso grupo e do grupo dos outros. As representações dos in e out groups cumprem a principal função de justificar tomadas de posição com relação a si, e também com relação a comportamentos hostis manifestados ao out group: "*(...) têm por função preservar e justificar a diferenciação social, podem estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles*" (p. 30)

A esse respeito Pichevin e Hurtig (1996), referem-se à teorização de Lorenzi-Cioldi (1988-1989), acerca de grupos dominantes-dominados, como a que traz a melhor compreensão do problema da categorização sexual no relacionamento intergrupual, a partir da qual concluem que

*"(...) As mulheres são pertencentes a um grupo sexual socialmente dominado e desvalorizado, são percebidas por outros e por si mesmas como um 'grupo agregado'; os membros do grupo não são verdadeiramente diferenciados e são frequentemente reduzidos à categoria de pertença grupual que os distingue, radicalmente, dos membros do sexo oposto. Os homens pertencem a um grupo sexualmente valorizado e dominante; são percebidos por outros e por si mesmos como uma 'coletividade' altamente diferenciada individualmente, que não podem ser reduzidos à sua categoria de pertença."*<sup>7</sup> (p.520)

Isso se aproxima do que Tajfel (1982) chamou de "despersonalização do grupo alheio". As mulheres são vistas como um grupo homogêneo. A explicação para todas as suas ações estão

---

<sup>7</sup> (...) women, belonging to the socially dominated e devalued Sex group, are perceive by others and by themselves as na 'agregate group' whose members are not truly differentiated and are often reduced to the category membership which distingués them radically from members of the other sex group; men, belonging to the valued and dominating sex group, are perceived by others and themselves as a 'collection' of highly different individuals who cannot be reduced to their category membership.

presentes na justificação "é uma mulher", geralmente com um sentido pejorativo ou pouco valorizado. Os homens já são percebidos com mais heterogeneidade, individualidade. Suas atitudes e comportamentos não são reduzidas à mera pertença à categoria sexual, e quando são, o são em um sentido positivo. Essa questão é, de certa forma, ampliada em um estudo realizado por Amâncio (1996), onde verificou-se, na interação de grupos dominantes e dominados, que a diferenciação intergrupar e interindividual está associada à pertença dominante. A explicação dominante/dominado é centrada no estudo experimental desenvolvido pela autora, sobre as categorias masculinas e femininas. Ela observou que "*(...) a distintividade positiva de si e do grupo corresponde mais a um padrão perceptivo e comportamental do sexo masculino do que do sexo feminino*" (p.298). Sendo a dimensão masculina mais valorizada (por isso dita dominante), ocorreu uma distintividade intergrupar e interindividual na categoria masculina. Já a categoria feminina buscou uma distintividade positiva utilizando-se do referente masculino enquanto grupo e utilizando referentes neutros em nível interindividual, ou seja, elementos que não estavam relacionados nem ao masculino e nem ao feminino, procurando uma diferenciação como indivíduo, e ao mesmo tempo buscando preservar uma identidade feminina coletiva: "*(...) a distintividade positiva do seu grupo passa necessariamente, para as mulheres, pela adoção do modelo de comportamento masculino e socialmente referente, tratando-se de sujeitos inseridos no mundo do trabalho e colocados numa situação de desempenho valorizado.*" (Amâncio, 1996, p. 306)

O princípio da distintividade também faz parte da teoria de Breakwell, (1993) para quem a Teoria da Identidade Social de Tajfel (TIS) é insatisfatória. Por isso ela desenvolve a proposta de um modelo de processo de identidade que propõe seja aplicado à TIS, unindo elementos das teorias cognitivistas americanas com modelos europeus de comportamento de grupos. De acordo com ela, quatro princípios operam na estrutura da identidade: auto-estima, continuidade, distintividade e eficácia. A autora explica que todo indivíduo busca alcançar e

manter **auto-estima** e que ela influencia na percepção seletiva das informações, na formação de valores e modifica processos de atribuição. A **continuidade** está associada a crescimento e mudança; a **distintividade** refere-se a uma motivação do indivíduo em definir sua identidade distinguindo-se de outros indivíduos em algumas dimensões. E a **eficácia** é definida como competência e controle. Operaria como uma sensação de controle da pessoa, sua convicção e habilidade para dirigir problemas e alcançar objetivos. Continuidade, distintividade e eficácia operariam em direção ao primeiro princípio, ou seja, na busca ou manutenção da auto-estima. Breakwell (1993) parece sugerir que antes de uma busca por uma identidade social positiva, há a busca por uma distintividade positiva. Ela propõe que a TIS seja associada às RS, e observa que os indivíduos costumam adotar em suas representações sociais metas individuais, incluindo os quatro princípios acima. A autora explica que "*(...) examinando a adoção de uma representação social em sua totalidade ou em alguma parte, é necessário considerar o papel de características de personalidade*"<sup>8</sup> (p.211). A esse respeito Tajfel (1982) argumenta, referindo-se às relações intergrupais que "*(...) as diferenças observadas entre subgrupos de sujeitos podem vir a ter pouco interesse sócio-psicológico geral se o que retiramos delas é que há diferenças individuais de personalidade(...)*" (p.32). Conforme Breakwell (1993):

*"Enquanto representações sociais, por um lado moldam identidades sociais (seu conteúdo e avaliação) por definir identidades de grupo e limites, por outro, as identidades sociais podem moldar o desenvolvimento delas por influenciar exposição, aceitação e uso das representações sociais. Não é necessário muita imaginação para ver como uma nova idéia poderia ser abafada e nunca se tornar uma representação*

<sup>8</sup> Examining the differential adoption of a social representation either in its entirety or in some part, it is necessary to consider the role of personality traits.

*compartilhada se a dinâmica de grupo restringiu sua exposição, aceitação e uso"*<sup>9</sup>  
(p.209)

De acordo com a autora esses três elementos (exposição, aceitação e uso) são responsáveis por uma representação social ser ou não compartilhada. Eles estão presentes na adoção ou não de uma RS: Os indivíduos estão expostos a um grande número de RS produzidas pelo in group, pelo out group e por outros contextos com os quais pode ter contato como a mídia, a escola, o governo. Uma RS pode ser aceita ou rejeitada, principalmente em função do estabelecimento da credibilidade da fonte. E a frequência com que uma RS é comunicada a outros é o que caracteriza, simplificada, o seu uso. A autora acrescenta que *"até mesmo em grupos homogêneos nem todos os membros reproduzirão a mesma representação de um objeto"*<sup>10</sup> (p.207). Haverá diferenças individuais consideráveis em qualquer representação social por conta dos efeitos da identidade social e dos traços de personalidade, segundo explica a autora. Por esse motivo a autora argumenta que para que se integrem os paradigmas da RS e da Identidade Social, é necessário que se utilize métodos que permitam a descrição de consenso e diversidade (p.207).

Breakwell (1993) observou que os papéis sexuais e o princípio da eficácia estavam relacionados de forma que maior eficácia por parte dos homens e das mulheres reflete maior disposição para aceitação da igualdade de papéis; baixa eficácia (sentimento de incompetência) fazia com que as mulheres aceitassem papéis subordinados e tradicionais e que os homens agissem de forma a mantê-las nesse papel. Outros estudos, como os de Lindeman e

<sup>9</sup> While social representations play a part in shaping social identities (both their contents and their evaluation) through defining group identities and boundaries, social identities in turn through influencing exposure, acceptance and use of social representations can shape their development. It does not take much imagination to see how a new idea might be stifled and never become a shared representation if group dynamics restricted its exposure, acceptance and use.

<sup>10</sup> Even when the representation is meant to be consensual, as in the case of stereotypes, there are still differences between individuals in the details and organization of the representation.

Sundvik (1995), também consideram a identidade social em termos de auto-conceito e auto-estima nos estudos de grupos de gênero.

A pesquisa de Skitika e Malasch (1990), acerca da categorização dos papéis sexuais, considerou consistente o resultado obtido com a teoria do "Self-schema", apontando as diferenças individuais, mas não o utilizaram num quadro de relações intergrupos. Elas estudaram a percepção de homens e mulheres acerca de comportamentos de gênero apropriados a cada um.

Burris, Branscombe e Klar (1997), demonstraram que são as posições de poder social e "status" dos grupos de gênero que predizem o comportamento intergrupar de homens e mulheres. Os resultados demonstraram que homens e mulheres discriminam o out group enquanto grupo sexual oposto e que os grupos dominantes discriminam mais do que os subordinados, ou de baixo poder.

Burris e cols. (1997) e Lindeman e Sundvik (1995), concordam que homens e mulheres favorecem o in group quando a dimensão comparativa é relevante.

Não nos ateremos aos aspectos abordados por Breakwell e também não consideraremos os elementos da pesquisa dos autores acima citados por não ser a ênfase de nossa pesquisa. Nosso interesse está voltado à investigação do conteúdo das RS de gênero e de ocupações. Essa questão será considerada no quadro das relações intergrupais, onde verificaremos se existem realmente RS onde o gênero é o elemento definidor, e em que medida elas sustentam categorizações sociais que discriminam a condição feminina para o trabalho. Possivelmente as RS das categorias profissionais como mais ligadas ao masculino ou ao feminino são elaboradas ancorando-se em aspectos familiares do que significam um homem e uma mulher para os protagonistas, ou seja, a partir das RS de gênero que eles compartilham. A categorização social e as RS tanto de gênero como de trabalho (ocupação) nos fornecerão elementos para pensar a sexualização das profissões.

O sentimento de pertença a uma categoria e não a outra faz com que se produzam diferentes RS de um mesmo objeto, até pelo fato de ter-se formado uma identidade social correspondente a essa pertença. Várias pesquisas ( Santos (1990), Souza Filho (1996), Witt (1996) e Camargo (2000)) têm fornecido dados acerca das diferentes representações de um mesmo objeto em função do gênero. O estudo de Camargo (2000), utiliza o referencial das RS no estudo sobre sexualidade e Aids em grupos de estudantes. Considerando "gênero" como uma das variáveis da pesquisa, o autor observou diferenças significativas nas representações do objeto em questão: o grupo masculino entende Aids como uma doença temível onde a prevenção é essencial, e a relacionam a sexo e uso de drogas. No grupo feminino a Aids é relacionada ao sexo e à morte, devendo ser evitada com o uso de preservativo. O autor explica que as mulheres enfatizam a "proteção" e os homens o "uso de drogas". A discriminação do portador de Aids é relacionada à tristeza, pelos homens e à solidão e dor pelas mulheres. Camargo (2000) explica que o grupo masculino pensa o problema a partir de si mesmo (não portador de HIV) enquanto as mulheres entendem a Aids a partir da percepção do portador. Outras pesquisas como a de Santos (1990) e Witt (1996), embora não tenham utilizado o referencial das RS, contribuem com dados que confirmam uma diferença significativa no modo como homens e mulheres pensam um mesmo objeto. Santos (1990), por exemplo, analisou a "crise de identidade na aposentadoria", sob os aspectos: nível sócio-econômico, relação com o trabalho e tempo livre/lazer. A autora explica que a aposentadoria significa uma situação de mudança que implica na perda do papel profissional, sendo um momento de reorganização da identidade pessoal. Ela lembra que socialmente o trabalho é, para o sexo masculino, uma parte integrante de sua identidade, chegando a confundir-se à sua própria vida, e para o sexo feminino é uma atividade desencorajada, ou ao menos não tão incentivada, já que a preservação tradicional de seus papéis de mulher/esposa/mãe/dona-de-casa é evidenciado e mais estimulado, direta ou indiretamente. Isso contribuiria para que eles percebam o trabalho de forma

diferente. Observou-se, na pesquisa, que 66% dos participantes masculinos vivenciavam crise na aposentadoria, enquanto 64% dos participantes femininos vivenciavam a aposentadoria com liberdade: *"a aposentadoria permite às mulheres 'voltar ao seu lugar', ao seu papel mais valorizado"* (p.27). As mulheres abandonam o trabalho, mas ainda têm uma "identidade feminina". Já para os homens esse período é mais crítico: *"(...) para aquele que sempre confundiu sua identidade pessoal com sua identidade sócio-profissional a aposentadoria fará descobrir a ausência de sentido fora do trabalho"* (p.12.)

A constatação de que são produzidos diferentes conhecimentos em função da pertença ao gênero, reafirma a este como uma importante variável a ser considerada nos estudos de representações sociais. A identidade social de gênero parece orientar representações sociais diferentes para um mesmo objeto. Entendemos que os reflexos da categorização sexual incidem no campo profissional, marcando certos territórios como masculinos e outros como femininos. Isso parece acontecer a partir das representações sociais, produzidas para explicar as diferenças sexuais, atribuindo-lhes os papéis sociais e seus maior ou menor estatuto, no sentido do valor que lhes é socialmente atribuído. Havendo profissões em que predominam o sexo masculino e outras em que predomina o feminino, procuramos investigar de que formas elas são representadas. No entanto, não poderíamos considerar duas áreas como engenharia mecânica (predomínio masculino) e pedagogia (feminino), tendo em vista que o objeto ocupação não seria relevante na comparação social, pelo fato de serem áreas bastante distantes - lidam com objetos totalmente diferentes (engrenagens e pessoas). Consideramos, então, duas ocupações, que de certa forma compartilham uma mesma área profissional, e que observamos serem, em nível acadêmico, caracterizadas pelo predomínio masculino e feminino. A área de Engenharia Civil, embora tenha uma significativa participação de mulheres, tanto em nível acadêmico quanto profissional, ainda é caracterizada por predominância masculina. Já na área



de Arquitetura observamos certo predomínio do sexo feminino nos níveis acadêmico e profissional. No entanto essa atividade profissional já foi predominantemente masculina. Informações obtidas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-SC)<sup>11</sup>, demonstram que até pouco tempo o número de arquitetos (no estado de Santa Catarina) era proporcionalmente maior que o de arquitetas, diminuindo gradativamente em relação a estas. Nos últimos dez anos a predominância passou a ser do sexo feminino nesta área profissional, estando hoje na proporção de duas arquitetas para cada arquiteto, no estado de Santa Catarina.

As profissões de engenharia civil e arquitetura têm em comum o fato de poderem atuar numa mesma área. Embora cada uma tenha sua especificidade, há atividades que podem ser realizadas (legalmente) tanto pelo profissional engenheiro quanto pelo arquiteto. A profissão de arquitetura é reconhecida, ainda hoje, a partir das excêntricas formas das obras antigas, como as igrejas e templos, palácios, cidades e monumentos. A "Ciência das Construções" (engenharia civil), de acordo com Benevolo (1994), nasce com a formulação das leis da mecânica, com a contribuição de Galileu, no século XVII. As pesquisas científicas sobre essas leis forneceram à técnica das construções maior precisão e influenciaram nos projetos, estabelecendo certo dualismo entre engenheiros e arquitetos.

Com o surgimento, na França, da geometria descritiva e a aplicação do sistema métrico decimal, surgiu também a necessidade de formação de um pessoal técnico especializado, já que as academias de arquitetura têm tradições humanistas, e assim não formavam "técnicos puros". Iniciam-se então as escolas de engenharia, que fundamentam-se em rigorosas bases científicas.

*"O progresso da ciência, entretanto, age de modo a ampliar as atividades dos engenheiros e a restringir as dos arquitetos. Em um certo ponto, a Academia percebe que as polêmicas sobre o papel da razão e do sentimento na arte não são apenas discursos*

---

<sup>11</sup> Anexo 1

*teóricos, mas sim signos de uma irresistível reviravolta cultural e de organização, e fecha-se, pouco a pouco, em uma defesa intransigente da 'arte' contra a 'ciência' "* (Benevolo, 1994, p. 38).

Academias de arquitetura, pintura e escultura são suprimidas em 1793. Esse fato faz com que a titulação de arquiteto perca seu valor de diferenciação, e de certa forma seu "status", já que poderia ser chamada de arquiteto qualquer pessoa, que independente dos estudos realizados quisesse dedicar-se à arquitetura, bastando para isso o pagamento de uma certa taxa. Nessa época (neoclassicista) os problemas da prática da construção ficam sob o domínio dos engenheiros; os arquitetos *"(...) refugiam-se em um mundo de formas abstratas. Os dois fenômenos seguem paralelamente, porém sem que se encontrem; pelo contrário, divergem cada vez mais entre si "* (Benevolo, 1994, p. 62). Este acontecimento acaba sendo entendido como a separação que coloca, de um lado ciência e técnica e de outro a arte, designando, respectivamente construção e arquitetura. Embora não tenhamos dados exatos, encontramos referências ao reestabelecimento do ensino de Arquitetura. Mais tarde a profissão é regulamentada em alguns países da Europa.

No Brasil, a engenharia civil surge primeiramente dentro do exército militar (século XVII), devido à necessidade de executar obras fortes, sólidas e econômicas. As necessidades militares da utilização de pontes, portos e estradas fez surgir no exército, especialistas em engenharia civil. Telles (1984) explica que nessa época chegava-se a confundir o termo engenheiro com o arquiteto ou o empreiteiro de obras *"(...) não havendo a distinção entre o responsável pelo aspecto mecânico-estrutural da obra, que seria o engenheiro, e o responsável pela concepção artístico-arquitetônica, que seria o arquiteto"* (p.04).

Segawa (1999) lembra que na passagem do século XIX, acontecia a formação da elite brasileira, sustentando-se no tripé: Medicina, Direito e Engenharia. A vertente jurídica foi a que despontou na conquista de espaços de exercício de poder. Contudo, em pouco tempo,

devido ao aumento nas exportações do café brasileiro e com o crescimento demográfico de São Paulo, que chegou a 870%, os engenheiros passaram a ser cada vez mais requisitados como agentes da modernização e ampliação da cidade. Quanto aos "status" profissionais, o autor lembra que

*"O ensino de arquitetura no Brasil é anterior ao estabelecimento dos cursos jurídicos, mas nem por isso os arquitetos angariam prestígio equivalente ao dos bacharéis. Data de 1816 a vinda de um grupo de artistas franceses para a corte do Rio de Janeiro (...) para introduzir no país um conhecimento artístico de gosto neoclássico. Somente em 1827 começa a funcionar regularmente a Academia de Belas Artes, incluindo em seu currículo a arquitetura." (Segawa, 1999, p. 29)*

A corte chegou a contratar arquitetos da Europa para executar obras, alegando que os arquitetos brasileiros não tinham criatividade, que faltava graça e estilo nas construções, pois a beleza era uma algo considerado essencial.

A regulamentação das profissões de Engenharia Civil e Arquitetura acontece em 1933, sendo difícil o estabelecimento de um limite entre as atribuições dos engenheiros e dos arquitetos. Em muitos casos eles eram formados pela mesma escola e pelos mesmos professores:

*"A colaboração entre engenheiros e arquitetos é muito íntima; não existem barreiras entre eles, mas, pelo contrário uma associação na pesquisa sobre novas estruturas e soluções formais (...). Por outro lado não existe uma diferenciação tão caracterizada quanto na Europa entre o arquiteto e o empreiteiro, sendo freqüente o próprio arquiteto responder - individualmente ou associados a alguns colegas - pela direção de uma empresa construtora; o arquiteto assim não é apenas o homem que projeta aquilo que será construído por terceiros, ele permanece vinculado aos problemas técnicos." (Bruand, 1999, p. 23)*

De acordo com a resolução 218/73<sup>12</sup> do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, observamos que são elencadas semelhantes atividades para a competência da engenharia e para a competência da arquitetura, restringindo-as mais adiante (arts. 2º e 7º). No entanto essa diferenciação não parece suficientemente clara. Parece haver possibilidade de igual atuação em determinadas atividades, como edificações (arts. 2º e 7º). De qualquer forma, mesmo as atividades relatadas no art. 1º são tão gerais que os posteriores artigos, 2º e 7º não esclarecem exatamente os limites de todas as atividades que devam estar sob a responsabilidade da arquitetura ou da engenharia. Os profissionais costumam chamar as áreas em que tanto Engenharia Civil quanto Arquitetura são "habilitadas" para atuarem, de "áreas de sombreamento".

Queremos verificar que representações sociais arquitetura e engenharia civil têm sobre a sua e a outra área. Haveria categorizações diferenciadas do out group em função do campo de atuação? Esta questão situa a pesquisa no contexto geral. Outra questão, à qual já nos referimos, é sobre como gênero está relacionado à comparação dessas duas ocupações: como as duas ocupações são representadas pelos grupos feminino e masculino e como são representados homens e mulheres em relação às duas ocupações. Os objetivos que seguem em relação a essas questões são:

**Objetivo Geral:** Analisar as relações de gênero, e suas implicações sociais, em função das comparações e das representações sociais referentes à participação dos dois sexos em profissões onde existe um predomínio de profissionais masculinos e femininos, verificando essas representações em função das relações intergrupais presentes nessa interação.

---

<sup>12</sup> Anexo 2

### **Objetivos Específicos:**

- Investigar que representações sociais são produzidas pelos participantes de engenharia civil e arquitetura acerca dessas duas ocupações e se essas representações traduzem uma relação correspondente à dimensão grupal.
- Esclarecer quais as categorias comparativas utilizadas por mulheres e homens diante das profissões consideradas socialmente mais femininas ou mais masculinas.
- Verificar se mulheres e homens categorizam diferentemente essas profissões.
- Examinar as implicações destas comparações sociais e das representações envolvidas para o desenvolvimento social da mulher no trabalho.

### **3. Método**

A pesquisa que ora se apresenta é uma pesquisa comparativa, na qual empregamos as técnicas da associação livre de palavras e da entrevista, e o material textual como indicador de representações sociais.

#### **3.1. Delineamento da pesquisa e participantes:**

Esta pesquisa envolve duas variáveis independentes, trata-se de um delineamento do tipo 2 x 2: 1) gênero (masculino, feminino) e 2) ocupações (Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil). Consideramos a variável “inserção na profissão” (estudantes e profissionais atuantes) como complementar para ampliarmos o escopo das nossas. Sendo assim, a pesquisa envolveu esses dois grupos: a) estudantes dos cursos de graduação em Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), e b) profissionais com formação nas mesmas áreas dos cursos citados. Previmos a participação de 120 pessoas, mas devido a dificuldades no contato trabalhamos com 112 participantes, que podemos caracterizar como componentes das camadas médias da sociedade.

Foram selecionados 56 estudantes, 28 mulheres, sendo 14 do curso de Engenharia Civil e 14 do curso de Arquitetura e Urbanismo; e 28 homens, na mesma proporção, ou seja, 14 de cada curso. Consideramos para o grupo dos alunos aqueles que cursavam fases intermediárias (5<sup>ª</sup>, 6<sup>ª</sup> e 7<sup>ª</sup>), assim evitamos os iniciantes, (que ainda estão tomando contato com o

campo universitário) e os veteranos das últimas fases, (que de certa forma já estariam em contato com o mercado, através dos estágios).

Foram selecionados também 56 profissionais, distribuídos do mesmo modo que os estudantes, 28 homens e 28 mulheres: 14 mulheres e 14 homens de cada uma das duas ocupações ( Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo). Desconsiderou-se aqueles que mantinham vínculo empregatício com Universidades, pois um dos motivos considerados foi o fato de que a discussão sobre gênero que circula nesse meio poderia influenciar nas respostas dos mesmos. Além disso, já que buscamos compreender as representações sociais que se dão na atuação profissional no mercado de trabalho, principalmente aquelas relacionadas às duas áreas de atuação citadas, procuramos os profissionais em exercício, envolvidos mais diretamente com o meio profissional, que provavelmente vivem e representam a ocupação de forma diferente daqueles envolvidos com o meio acadêmico. Outros critérios considerados na seleção deste grupo foram os de que os profissionais fossem graduados pela UFSC e que atuassem na área há mais de 2 anos.

### **3.2. Caracterização dos Cursos:**

Os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura da UFSC estão relacionados ao Centro Tecnológico (CTC). Este é um espaço físico composto de vários blocos (prédios) onde situam-se os laboratórios e salas de aula dos cursos de engenharias. Era também nesse espaço físico que se localizava o curso de Arquitetura. Há algum tempo, no entanto, os estudantes preferiram um outro ambiente. Hoje, a localização física do curso de Arquitetura é um pouco afastada do CTC, havendo a necessidade de atravessar uma rua, mas dentro do próprio campus universitário. O prédio da arquitetura possui apenas um andar. É todo construído em madeira, no qual localizam-se a secretaria e coordenação do curso, laboratório, mecanografia, biblioteca setorial e salas de aula. O prédio é conhecido como "barracão da arquitetura" ou

"melancia" talvez por sua cor característica. A estrutura e localização físicas do curso sugerem uma maior integração entre os estudantes. Principalmente pelo fato de estar "isolado" de outros cursos, as pessoas que compartilham aquele espaço reconhecem-se como pertencentes ao mesmo grupo, constróem uma relação de identificação.

O curso de Engenharia Civil foi criado em 1960 e o de Arquitetura em 1977. O currículo de Engenharia Civil compreende diversas disciplinas, algumas fortemente baseadas em cálculo (estatística, física, geometria), principalmente nas primeiras fases (1<sup>a</sup>-4<sup>a</sup>); o currículo da Arquitetura tem como característica marcante as disciplinas de projeto, (listadas como "planejamento"), da 1<sup>a</sup> a 10<sup>a</sup> fases.

### **3.3. Instrumentos de coleta de dados:**

Utilizou-se o teste de associação livre que conforme Sá (1996), consiste em pedir aos participantes que falem ou escrevam palavras ou expressões que lembrem imediatamente, a partir de um "termo indutor". Utilizou-se, na pesquisa, dois termos indutores: "Engenharia Civil" e "Arquitetura". A técnica de evocação livre (ou associação livre) envolve espontaneidade, o que permite acesso aos elementos semânticos de uma representação. Essa técnica tem sido amplamente empregada em estudos sobre representações sociais, por exemplo nas pesquisas de Sá (1998), Teixeira (1999), Camargo (2000).

Utilizou-se também a entrevista semi-dirigida, por permitir uma pesquisa exploratória, em que poderíamos articular as representações sociais sobre o fenômeno no quadro da comparação intergrupala. Um instrumento mais fechado seria inadequado, principalmente para colher material simbólico sobre representações sociais. Selltiz (1974) reforça o emprego da entrevista como técnica de coleta de dados para casos como o nosso. Para ele a entrevista permite apreender com êxito as explicações, crenças, sentimentos e razões das pessoas sobre os objetos.



A entrevista foi composta de quatro questões, duas questões eram sobre representações sociais das ocupações investigadas (1 e 3) e duas acerca de representações sociais relacionadas ao gênero (2 e 4), sendo que a questão 1 consiste na evocação livre de palavras:

- 1a. Que cinco palavras lhe vêm em mente quando você pensa Engenharia Civil?
- 1b. Que cinco palavras lhe vêm em mente quando você pensa Arquitetura?<sup>13</sup>
- 2a. Você nota se há predomínio masculino ou feminino nessas duas ocupações?
- 2b. Como você explica esse fato?
- 3a. O que a ocupação de Arquitetura significa para você, e na sua opinião como as pessoas vêem essa ocupação?
- 3b. O que a ocupação de Engenharia Civil significa para você, e na sua opinião como as pessoas vêem essa ocupação?
4. Hoje, como você percebe o papel do homem e da mulher na sociedade e no trabalho em geral?

### 3.4. Procedimentos:

Obtivemos, através do Departamento de Administração Escolar da UFSC (DAE), a relação de todos os cursos da UFSC com o seus respectivos número de alunos. Essa relação também indicava os regularmente matriculados por sexo. O interesse em comparar gênero relacionado ao campo profissional (ocupações), levou-nos a observar os cursos em que predominavam o sexo masculino, e aqueles em que o predomínio era feminino. Ao mesmo tempo observamos se nesses cursos havia um número de alunos, de ambos os sexos, suficiente para constituirmos grupos comparativos equilibrados quanto a esta variável. Encontramos cursos predominantemente masculinos em que o número de alunos do sexo feminino não

<sup>13</sup> A ordem das perguntas 1a. e 1b era alterada conforme o participante pertencesse a área de engenharia civil ou de arquitetura. Perguntou-se primeiro pelas palavras que lembravam a sua área e em seguida sobre a outra área.

permitia um equilíbrio dos grupos, tão pequena era sua presença. O contrário também ocorreu (maior número de alunos do sexo feminino e pequena presença do sexo masculino). Dentre os cursos que se incluíam nos critérios “predominância de um gênero” e possibilidade de selecionarmos grupos de pesquisa equilibrados em função do gênero, dois deles em particular nos chamaram atenção. Além deles possibilitarem a aplicação dos critérios, pertenciam a uma mesma área técnica. O curso de Engenharia Civil contava com 406 homens e 135 mulheres e o de Arquitetura e Urbanismo com 156 homens e 294 mulheres, aproximadamente 3 homens para cada mulher no primeiro curso e 2 mulheres para cada homem no segundo.<sup>14</sup>

Definidos os cursos/ocupações para a pesquisa, procuramos, através do NPD (Núcleo de Processamento de Dados da UFSC), a listagem dos alunos regularmente matriculados nas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 7<sup>as</sup> fases de ambos os cursos. Foram organizadas quatro listagens, respeitando a ordem alfabética: 1) alunos de Arquitetura; 2) alunas de Arquitetura; 3) alunos de Engenharia Civil; 4) alunas de Engenharia Civil. O sorteio dos nomes para constituir os grupos de nossa pesquisa foi aleatório. Atribuiu-se a cada nome um número utilizando-se a tabela de números aleatórios. Considerou-se para fins de participação os 14 primeiros sorteados de cada grupo (ordem crescente), sem descartar a possibilidade de participação dos seguintes, caso houvesse algum impedimento em relação aos primeiros, obedecendo a mesma ordem numérica crescente do sorteio.

Contatamos as coordenações de ambos os cursos procurando garantir um espaço físico para a realização das entrevistas, a fim de não deslocar os estudantes para outros lugares do campus universitário. Por sugestão da coordenação da Arquitetura e Urbanismo, o contato com os alunos deste curso foi feito em sala de aula devido à alta frequência em determinadas disciplinas oferecidas a cada uma das fases. A pesquisadora foi apresentada aos alunos pela

---

<sup>14</sup> Informações obtidas através do DAE - UFSC, do semestre 98.2. (Anexo 3)

coordenadora do curso. Explicou-se a eles que se tratava de uma pesquisa do Mestrado em Psicologia da UFSC que visava conhecer as atitudes e opiniões deles sobre sua profissão e outras profissões, através de uma entrevista individual em um horário adequado a cada um. Foi colocado que o sigilo das repostas seria preservado. Foi dito também que não se tratava de analisar o conhecimento deles, que suas respostas não seriam tomadas como certas ou erradas. Esclareceu-se de que forma foram escolhidos os participantes e ressaltou-se a importância da colaboração. Posteriormente leu-se o nome dos possíveis participantes, conversando com eles à parte, e procedeu-se à marcação de um horário para a entrevista. Nessa ocasião anotou-se o telefone de cada participante para que, caso houvesse algum contratempo, pudessemos agendar um novo encontro. Os alunos que não foram encontrados em sala foram contatados por telefone, fornecido pela secretaria do curso. A explicação para esses foi exatamente a mesma dada anteriormente aos outros alunos. As entrevistas foram realizadas em salas de aula vagas, no próprio prédio da Arquitetura.

O contato com os alunos da Engenharia Civil foi exclusivamente por telefone, tendo em vista a grande dificuldade em localizar vários participantes num mesmo horário, em sala de aula. Explicou-se sobre a pesquisa da mesma forma que o fizemos no contato com os alunos da Arquitetura. As entrevistas realizaram-se em uma sala cedida pela coordenação do curso.

Entre os profissionais da área de Engenharia Civil constatamos uma predominância masculina proporcionalmente maior que entre os estudantes similares. Eram aproximadamente 8 profissionais do sexo masculino para cada profissional do sexo feminino (505 homens e 59 mulheres). Na área de Arquitetura encontramos certa equivalência de gênero entre os profissionais (82 homens e 70 mulheres). A listagem desses profissionais foi obtida através de solicitação feita ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Santa Catarina (CREA). A listagem foi dividida em quatro, como foi feito com os estudantes, ficando distri-

buída da seguinte forma: 1) um grupo masculino da área de Arquitetura; 2) um grupo feminino da área de Arquitetura; 3) um grupo masculino da área de Engenharia Civil e 4) um grupo feminino da área de Engenharia Civil. O sorteio dos participantes para compor os grupos foi aleatório. Procedemos da mesma forma que com os estudantes. Nesse caso também consideramos, para fins de participação os 14 primeiros sorteados de cada grupo (conforme explicamos no item 3.1 desta dissertação), permanecendo os demais como reservas, na ordem sorteada, para o caso de que a participação de alguns dos primeiros não fosse possível. O contato com os profissionais foi feito por telefone e os mesmos esclarecimentos feitos aos alunos foram prestados a eles. As entrevistas realizaram-se em seus locais de trabalho e de residência.

A coleta de dados foi realizada de agosto a dezembro de 1999. Ao fim de cada entrevista, tanto para os estudantes quanto para os profissionais, pedia-se sigilo em relação ao conteúdo da mesma a fim de preservar a espontaneidade da participação dos outros colegas. Todas as entrevistas foram gravadas. As fitas foram transcritas e digitadas utilizando um processador informático de texto, preparando-as para serem submetidas aos programas de análise de dados.

### **3.5. Instrumentos de análise dos dados:**

O material obtido pela técnica de associação livre foi digitado com o auxílio de um processador informático e submetido à análise lexicográfica desenvolvida por Vergès (1992), utilizando o programa informático EVOC (Vergès, 1999). Esse programa combina a frequência das palavras ou expressões emitidas com a ordem de sua evocação (Sá, 1996). As etapas da análise são as seguintes:

- 1) Cálculo da frequência de evocação de cada palavra através do somatório das ocorrências no grupo de participantes.

2) Cálculo da ordem média de evocação de cada palavra. O programa aponta para cada palavra quantas vezes ela foi evocada em primeiro lugar, segundo, terceiro, etc., estabelecendo uma média destes valores, que consiste na ordem média de evocação de cada palavra. A ordem média de evocação será menor quanto mais a palavra for citada pelos participantes nos primeiros lugares.

3) As médias obtidas na fase acima são somadas e divididas pelo número de palavras consideradas na análise, resultando em um índice, a ordem média de evocação (OME), que será considerado como referência para distribuir as palavras em um diagrama.

4) Cálculo da frequência média de evocação (FME), através da multiplicação do número de palavras por sua frequência, dividindo o resultado pelo número de palavras consideradas na análise. Essa operação vai resultar em outro índice (FME), para a distribuição das palavras no diagrama.

5) Construção de um diagrama com quatro quadrantes, que indicará a possível centralidade ou não da palavra (elemento) para as representações sociais do objeto estudado.

Os índices obtidos são distribuídos no diagrama sendo que o eixo horizontal corresponde a OME e o eixo vertical corresponde a FME. Cada um dos quatro quadrantes confere diferentes graus de centralidade às palavras neles distribuídas (Sá, 1996). O quadrante superior esquerdo corresponde às palavras mais prontamente e mais frequentemente evocadas. São portanto, os elementos mais prováveis de constituírem o núcleo central da representação. Conforme explica Sá (1998) o agrupamento de palavras de alta frequência e baixa ordem média é indicador da centralidade destes conteúdos no conjunto das associações a um termo indutor (quadrante superior esquerdo), assim como baixa frequência e alta ordem média são indicadores do caráter periférico desses conteúdos (quadrante inferior direito). Os elementos que se encontram nos quadrantes inferior esquerdo e superior direito são os elementos inter-

mediários entre a parte central e periférica da representação, e são considerados como constituindo a periferia mais próxima. Sá (1998) esclarece que esses elementos periféricos têm "(...) *um papel menos nítido do que os elementos mais consistentemente centrais, mas também significativo na organização da representação.*" (p. 53) As palavras (expressões) do quadrante mais central podem estar associadas a esses elementos por sua semelhança de conteúdo, podendo explicá-los melhor.

As questões 2, 3 e 4 da entrevista foram submetidas a uma análise quantitativa de dados textuais através do programa ALCESTE (Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto). O ALCESTE é um programa informático desenvolvido por Reinert (1990). Para serem submetidas à análise, as entrevistas foram digitadas com o auxílio de um processador informático de textos. Criamos dois arquivos: um para as questões 2 e 4 e outro para a questão 3, por tratarem de objetos diferentes: as primeiras buscaram elementos sobre representações sociais de gênero relacionadas às ocupações e a última sobre representações sociais das ocupações, produzidas por um e outro gêneros. Passamos a denominar cada um desses arquivos de "corpus" (as questões 2 e 4 compõem o corpus "gênero" e a questão 3 compõe o corpus "ocupação"). O material produzido por cada participante (chamado de unidade de contexto inicial ou UCI) foi separado por "linhas de comando", para que o programa reconheça o número de participantes da pesquisa e suas características (sexo, idade, profissão, etc.). Cada corpus ("gênero" e "ocupação") é composto por 112 UCIs (112 entrevistados).

Uma análise padrão executada pelo programa ALCESTE envolve as seguintes etapas<sup>15</sup>: a) redução das palavras aos seus radicais e segmentação do corpus em unidades de contexto elementar (UCEs); b) análise hierárquica descendente (AHD) onde o corpus é divi-

---

<sup>15</sup> As etapas são precedidas de cálculos, como o cálculo do  $X^2$  e frequência mínimos para a seleção das palavras que serão consideradas pela análise.

dido em subcorpus pela semelhança interna do conteúdo (palavras) das UCEs e pela dessemelhança máxima com o outro corpus resultante da divisão. Quando estes subcorpus estiverem compostos de UCEs tão semelhantes que não permitam mais subdivisões, eles vão constituir uma classe; c) descrição do vocabulário típico das classes, e d) designação das UCEs mais características de cada classe, permitindo assim a contextualização do vocabulário típico de cada uma.

Não utilizamos esta análise padrão e sim uma variante dela, em função do nosso problema e do delineamento de pesquisa. Como se trata de uma análise comparativa (de contraste) das representações sociais no quadro das relações intergrupais de duas ocupações, sobretudo em função do gênero, abdicamos da análise hierárquica descendente a favor da definição prévia das classes em função do gênero. Cada um dos corpus foi submetido à mesma forma de análise. Há portanto, para cada corpus, dois subcorpus, um feminino e um masculino. A análise do nosso material, portanto, passou pelas seguintes etapas:

a) Redução das palavras ao seu radical e segmentação do corpus em UCEs.

b) As UCEs foram separadas em dois subcorpus, o produzido pelos participantes do sexo feminino e o produzido pelos participantes do sexo masculino. Nós determinamos que o programa executasse essa divisão do corpus.

c) Os subcorpus relativos aos dois grupos foram descritos em função do seu vocabulário típico e das UCEs associadas a eles. A análise comparativa desse vocabulário, articulada com as UCEs (contextualização), permitiu a indicação do conteúdo de representações sociais.

## **4. Análise e Discussão dos Resultados**

Os resultados se referem a dois tipos de dados: o dos testes de evocação de palavras e o das respostas à entrevista. Os testes de evocação forneceram indicações sobre a dimensão comparativa das RS das ocupações estudadas, a Arquitetura e a Engenharia Civil. As respostas à entrevista forneceram material para a análise da interface das RS das ocupações com a dimensão do gênero (relativo ao corpus “gênero”), e para o entendimento das RS da ocupação escolhida pelos participantes deste estudo, (referente ao corpus “ocupação”).

### **4.1 Resultados obtidos a partir da Técnica de Evocação Livre**

No diagrama do grupo de "Engenharia Civil" (in group), das 133 palavras diferentes em um total de 278 evocações, foram consideradas 24 ( que apareceram mais de 3 vezes), as quais, embora constituindo apenas 18% do conjunto total de palavras, correspondiam a 52,5% do total de evocações. No diagrama do grupo de "Arquitetura" (out group), das 108 palavras diferentes em um total de 275 evocações, foram consideradas 25 ( que apareceram mais de 3 vezes), as quais, embora constituindo apenas 23,14% do conjunto total de palavras, correspondiam a 64,3% do total de evocações.

O quadro 1 refere-se às respostas de profissionais e estudantes das áreas de Engenharia Civil e de Arquitetura à pergunta: Que cinco palavras lhe vêm em mente quando você pensa Engenharia Civil?



Quadro 1

**Diagramas dos elementos evocados pelos participantes das áreas de Engenharia Civil e Arquitetura a partir do termo indutor Engenharia Civil**

Estudantes e Profissionais de Engenharia Civil (in group)		Estudantes e Profissionais de Arquitetura (out group)	
OME * < 2,9	OME >= 2,9	OME < 3,0	OME >= 3,0
** (20) construção (10) obras (09) trabalho (06) projeto (06) estudo	(09) tecnologia (08) realização (08) estradas (08) cálculo (07) estrutura (06) dedicação	(27) cálculo (25) tecnologia (23) estrutura (11) racionalidade (08) funcionalidade	(08) materiais
***FME ≥ 6	FME >= 6	FME >= 8	FME >= 8
(05) responsabilidade (04) concreto (04) profissão (04) racionalidade (03) empreender (03) prédio	(05) qualidade (04) economia (04) futuro (04) mão-de-obra (03) concorrência (03) desenvolvimento (03) materiais	(06) matemática (06) construção (06) projeto (04) segurança (03) ciência (03) exatidão (03) formalismo (03) organização	(07) obra (06) precisão (04) estradas (03) rigidez (03) produção (03) metódica (03) edificação (03) economia (03) dureza (03) frieza
FME < 6	FME < 6	FME < 8	FME < 8

\* Ordem média de evocação das palavras (OME)

\*\* O número entre parênteses indica a frequência com que a palavra foi evocada

\*\*\* Frequência média de evocação das palavras (FME)

Procederemos à análise primeiramente descrevendo e comparando os elementos dos quadrantes superiores esquerdos dos diagramas, provavelmente centrais, produzidos a partir do grupo de Engenharia Civil (in group segundo o termo indutor aqui utilizado) e do grupo de Arquitetura (out group) segundo o mesmo termo indutor. Em seguida analisaremos e

compararemos sobretudo os quadrantes inferiores direitos e os demais, indicadores dos elementos periféricos das representações sociais da Engenharia Civil.

O grupo da Engenharia Civil (ECV) parece compreender esta ocupação segundo dois aspectos: a profissão e o profissional. A profissão (a prática profissional), mais exatamente as suas tarefas, estão indicadas pelos três elementos centrais: “construção”, “obras”, “projetos”. ECV não é qualquer construção de obras (“prédios”, “estradas”), mas uma construção projetada (com “racionalidade” e “cálculo”). O aspecto relativo ao profissional aparece na designação da ECV enquanto um “trabalho” e um “estudo”, especificados pelos elementos da periferia mais próxima: “realização”, “dedicação” e “responsabilidade”. Todos estes elementos ressaltam a ocupação ECV em relação às pessoas que se ocupam dela, sejam estudantes ou profissionais, e ainda que consiste numa ocupação de responsabilidade, que exige dedicação e oferece realização. A ECV neste aspecto aparece idealizada para os participantes do in group (para aqueles que optaram por ela). Aqui nós temos indicadores da auto-estima e do status conferido pelo grupo às suas próprias atividades.

O grupo de arquitetura (ARQ) descreve ECV voltando-se mais à sua teorização. A atividade do profissional dessa área estaria vinculada a um padrão racional e exato, a raciocínio lógico, definida pelo par “cálculo”, “racionalidade” e “matemática”, seguida das palavras “racionalidade” e “exatidão”. É entendida como um conhecimento técnico, responsável pela pesquisa e emprego de materiais na estruturação do objeto: “tecnologia”, “estrutura”, “funcionalidade”, “materiais”.

No grupo de ECV os elementos mais periféricos estão estruturados de forma a contextualizar ainda mais o cotidiano de sua profissão, alguns relacionados à atividade profissional (materiais, economia, mão-de-obra) e outros ao profissional (futuro, concorrência). Ao nível periférico, o grupo de arquitetura associa características emocionais à engenharia civil, mais especificamente no que se refere ao profissional dessa área: “rigidez”, “frieza”, “dure-

za". Essas palavras estão provavelmente relacionadas à "racionalidade", compreendendo essa profissão ainda como metódica e formal. Esses elementos levam-nos a supor que esse grupo alimenta uma visão estereotipada sobre seu out group (ECV). Encontramos também ao nível periférico do grupo de ARQ, a referência à atividade profissional da ECV referindo-se especificamente à sua atuação na construção de estradas: "obra", "edificação", "estradas".

O quadro 2 refere-se às respostas de profissionais e estudantes das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil à pergunta: Que cinco palavras lhe vêm em mente quando você pensa Arquitetura?

**Quadro 2**

**Diagrama dos elementos evocados pelos participantes das áreas de Arquitetura e Engenharia Civil a partir do termo indutor Arquitetura**

Estudantes e Profissionais de Arquitetura (in group)		Estudantes e Profissionais de Engenharia Civil (out group)	
OME* < 2,9	OME > 2,9	OME < 3,0	OME > 3,0
** (20) funcionalidade (14) espaço (12) forma (12) arte (10) projeto (08) criatividade (08) construção	(16) beleza (12) estética (09) conforto	(22) criatividade (19) projeto (17) estética (14) desenho (11) arte	(18) beleza
***FME >= 8	FME >= 8	FME >= 8	FME >= 8
(06) cor (04) cidade (03) organização (03) ciência (03) virar a noite	(06) desenho (05) prazer (05) tecnologia (04) trabalho (03) urbanismo (03) usuário (03) qualidade	(04) construção (03) responsabilidade (03) espaço (03) funcionalidade	(07) urbanismo (06) paisagismo (06) forma (05) conforto (05) trabalho (04) decoração (04) liberdade (03) cor (03) frescura
FME < 8	FME < 8	FME < 8	FME < 8

\* Ordem média de evocação das palavras (OME)

\*\* O número entre parênteses indica a frequência com que a palavra foi evocada

\*\*\* Frequência média de evocação das palavras (FME)

Da mesma forma como procedemos na análise anterior, agora segundo o termo indutor "arquitetura", descreveremos e compararemos primeiro os quadrantes superiores esquerdos que são prováveis indicadores da centralidade das representações. Faremos o mesmo com os quadrantes inferiores direitos e os demais, que estão relacionados às características periféricas das representações sociais sobre Arquitetura.

No diagrama do grupo de "Arquitetura" (in group), das 108 palavras diferentes em um total de 279 evocações, foram consideradas 22 (que apareceram mais de 3 vezes), as quais, embora constituindo apenas 20,40% do conjunto total de palavras, correspondiam a 61,3% do total de evocações. No diagrama do grupo de "Engenharia Civil" (out group), das 114 palavras diferentes em um total de 279 evocações, foram consideradas, também, 22 palavras (que apareceram mais de 3 vezes), as quais, embora constituindo apenas 19,3% do conjunto total de palavras, correspondiam a 61,3% do total de evocações.

Podemos observar que "criatividade", "projeto" e "arte" estão presentes no quadrante superior esquerdo de ambos os grupos. Em princípio essa superposição parece indicar a proximidade da compreensão de ambos sobre o mesmo objeto, porém é necessário investigar seu valor simbólico pelas relações que estabelecem com os demais elementos.

O grupo de arquitetura, refere-se à profissão e ao profissional. As tarefas do profissional de arquitetura são, principalmente, designadas por "projeto" e "construção". O profissional dessa área é caracterizado como criativo: "Criatividade" é uma característica necessária ao profissional para que projete. Para os arquitetos projetar é dar uma "forma" aos "espaços". A atividade de projetar refere-se aos aspectos interno e externo: de um lado há a preocupação com a "funcionalidade", "organização" e "conforto" desses espaços (adequação na ventilação, iluminação natural e artificial, facilidade de locomoção e movimentação, etc.). Externamente,

está a dimensão artística ("arte"), envolvendo "estética", "beleza" e "cor". O elemento "construção" está relacionado a tornar concreta a idealização (projeto) do arquiteto. A ARQ então, idealiza e concretiza o objeto (projeta e constrói), embora esse objeto não tenha sido muito especificado: não há referência a que construção se refere.

O grupo de engenharia civil aparentemente compartilha elementos centrais com o in group de arquitetura. O profissional de arquitetura é caracterizado como criativo "criatividade". "Projeto" é entendido como uma tarefa da arquitetura. No entanto esse grupo explica "projeto" relacionado a "desenho". Eles tentam situar concretamente sua idéia sobre o projeto da ARQ. A associação de projeto e desenho nos fornecem a informação de que a ECV estrutura sua noção mais em torno do "estético". O grupo refere-se ao delineamento do objeto, de sua aparência: "arte", "estética", "desenho", "beleza".

Ao nível periférico os elementos "urbanismo" e "trabalho" estão presentes em ambos os grupos. Para os arquitetos é um trabalho técnico ("tecnologia"), relacionado a cidades ("urbanismo"). Envolve uma dimensão pessoal, já que proporciona sensação de bem-estar ("prazer") e considera o benefício de outras pessoas, é realizado para um público, o "usuário". A preocupação com a "qualidade" parece investida na consideração de quem vai usar a obra. O grupo está procurando afirmar seu "status" ao prestar um serviço útil à população, no que se refere ao planejamento urbano. Distancia-se de uma referência a fachadas ou peças arquitetônicas para mostrar um alcance bem maior, onde beleza e praticidade se envolvem. E onde há preocupação com o bem estar do "usuário".

Três elementos periféricos presentes no out group (ECV) caracterizam a ARQ enquanto "frescura" denotando certa estereotipia em relação a esta profissão. Eles também reconhecem a ARQ enquanto um trabalho, mas como um trabalho mais decorativo, mais exterior, por relacionarem paisagismo/formas/decoração/cor. Tratam de elementos mais abstratos, de características estéticas.

Observamos também que ambos não relacionam ARQ a obra, mas "construção" tende a ser um tema central no grupo de ARQ, aparecendo como secundário no de ECV em relação àquela (quadro2).

Se entendermos construção enquanto construção civil, ou seja, execução da obra (objeto projetado), temos a impressão de que há uma tendência de cada uma das áreas a tê-la como atribuição sua. A construção é a concretização do projeto, é o que vai torná-lo visível e é através desse projeto acabado, concluído que se vai ter reconhecido o trabalho do profissional, portanto ambos querem estar presentes nesse momento. Parece haver certa disputa nesse ponto, se considerarmos que construção faz parte da evocação central apenas nos in group, aparecendo como periférica em relação aos out groups. Ou seja:

a) Quando o objeto de evocação é Engenharia Civil (quadro1):

ECV (in group) - construção e obra - centrais

ARQ (out group) - construção e obra - periféricas

b) Quando o objeto de evocação é Arquitetura (quadro 2):

ARQ (in group) - construção - central

ECV (out group) - construção - periférica

Ambas as áreas têm atribuições profissionais similares no que diz respeito à responsabilidade técnica, ao acompanhamento de certas edificações (no caso da arquitetura dependendo do porte), sendo que grandes obras estariam sob a competência do profissional de engenharia. Entretanto a grade curricular de uma é composta de disciplinas muito diferentes, em sua maioria, em relação à outra, o que acaba favorecendo um conhecimento mais específico e portanto, diferenciado-as.

O cálculo estrutural é absolutamente necessário à execução da obra e é uma disciplina primordial no currículo da ECV, sendo mais secundária no de ARQ que lida mais com projetos. Isso nos leva a questionar se a ARQ vê a si própria como a principal projetista do ob-

jeto, ou seja, idealizadora, sendo que o projeto de ECV a que se refere - e que ocupa um lugar bastante secundário no núcleo periférico (quadro 1) - é perpassado pela noção de cálculo e cálculo a partir do que o arquiteto idealizou, ou seja, no sentido de torná-lo passível de ser executado, concretizado. Assim, se a ECV não considera construção como fazendo parte da atuação da arquitetura, esta afasta um pouco o projeto da atuação da engenharia.

Há portanto, um conflito de interesses. Isso parece desencadear uma tendência em relação à busca de favorecimento do grupo próprio em relação ao outro, já que as duas ocupações têm características que as categorizam diferentemente (ou até em função das categorizações diferenciadas que fazem de si e da outra área). Por isso a busca comparativa em outra dimensão: a ARQ defendendo a inovação, o funcional como importantes características de uma obra tanto quanto o são o projeto estrutural da ECV. A ARQ parece buscar acentuar sua importância deixando entrever que a ECV vai tornar o projeto arquitetônico viável de ser concretizado através do cálculo estrutural. No entanto, a ARQ também quer estar presente nessa fase de edificação.

Nesse sentido entenderíamos que a ARQ se coloca como criadora, e embora considere-se como fazendo parte na construção do objeto, coloca a ECV como reprodutora principal de sua idéia. Dessa forma a ECV não seria propriamente nem idealizadora nem realizadora, mas estruturadora, justificada pela referência ao "cálculo estrutural". Ela vai reproduzir concretamente o que o arquiteto pensou.

Se por um lado a ARQ atribui características como rigidez e frieza à ECV, essa última aproxima a ARQ de características um tanto quanto "supérfluas": frescura e decoração. Ambas procuram formas de proteger uma identidade social positiva de sua pertença profissional, atribuindo à outra características que lhe sugerem uma imagem menos valorizada, e que compõem uma visão estereotipada da profissão.

Quando a ECV evoca o seu planejamento (projeto) da obra, a construção, refere-se às suas atividades. É planejadora e executora. Quando fala sobre ARQ, voltada mais para o artístico, para o estético, parece tratá-la enquanto um complemento prático em relação a acabamentos. Da mesma forma, quando a ARQ fala sobre ECV, transmite-nos a idéia de que esta lhe parece teoricamente complementar. Essa idéia parece girar em torno do esquema cálculo X criatividade, onde a ECV teria muito da base teórica, carecendo exercitar sua criatividade e a ARQ teria muita criatividade, ficando defasada na base teórica estrutural.

Há tendência de cada um dos grupos a preservar aspectos positivos e mostrar seu valor, sua importância. Assim, observamos que a ARQ procura valorizar seu "status" de artista (criador) enquanto a ECV busca valorizar seu "status" de competência, de pôr a obra "de pé".

Pensar os dois grupos em relação, leva-nos a hipotetizar a possibilidade de um território conflituoso no que diz respeito às suas atribuições. Há maior competição em se tratando de lugares aos quais ambos (arquitetos (as)/engenheiros (as)) possam responder, principalmente em se tratando da elaboração de pequenas construções (casas, igrejas, pequenos edifícios).

Analisamos os conteúdos obtidos com o emprego da Técnica de Evocação Livre, também, efetuando uma análise comparativa entre a produção dos estudantes e a dos profissionais. Comparando os diagramas desses dois grupos, observamos que as representações sociais produzidas por ambos (estudantes e profissionais) foram bastante semelhantes. Houve uma saliência no que se refere às experiências profissionais e às vivências estudantis, havendo portanto, em função delas, diferenças nos seus conteúdos, ao nível mais periférico. Nesse aspecto observamos, também, uma referência ao gênero, caracterizada pela presença do elemento "homem", no grupo de estudantes, quando evocavam engenharia civil.



## 4.2 Resultados obtidos a partir da Técnica de Entrevista

### 4.2.1 Representações sociais da Arquitetura e da Engenharia Civil segundo o Gênero

As questões que constituíram o corpus "ocupação" permitiram a verificação de diferenças nas representações das ocupações pelas categorias feminina e masculina. Conforme explicamos no capítulo sobre o método, utilizamos um plano de análise no programa ALCESTE por contraste, que permitiu a separação do corpus "ocupação" em dois sub-corpus, um produzido pelas mulheres e outro pelos homens. O subcorpus feminino foi composto de 440 (Unidades de Contexto Elementar) UCEs equivalendo a 45,22% do total, e o subcorpus masculino envolveu 533 UCEs (54,78%). Esse corpus foi constituído de respostas dos participantes dos sexos masculino e feminino (estudantes e profissionais), das áreas de engenharia civil e de arquitetura, às perguntas: a) O que a engenharia civil significa para você e na sua opinião como as pessoas vêem a engenharia civil? e b) O que a arquitetura significa para você e na sua opinião como as pessoas vêem a arquitetura? \*\*

---

\*\* Lembramos que ambas perguntas foram feitas às duas áreas profissionais, sendo que a ordem das questões variou segundo a pertença à área.

**Tabela I - Comparação das palavras significativamente associadas às respostas das mulheres e dos homens sobre a compreensão das ocupações (Engenharia Civil e Arquitetura)**

Mulheres		Homens	
Palavras	Frequência*	Palavras	Frequência
Pessoas	183	Formação	63
Fazer	149	Forma	63
Dinheiro	25	Qualidade	24
Resolver	16	Complementar	21
Estética	15	Processo	16
Engenheira civil	13	Responsabilidade	14
Criatividade	13	Transforma	11
Classe	12	Concreto	10
Adoro	11	Currículo	08
Faculdade	11	Plástica	06
		Confortável	06

\*Consideramos as palavras com frequência maior ou igual a 11 e  $X^2$  maior que 3,84e também aquelas com frequência maior que 5, cuja ocorrência é de 100% neste grupo de participantes.

Analisaremos primeiramente a produção das mulheres acerca do assunto e posteriormente a dos homens. Em seguida compararemos e discutiremos semelhanças e diferenças nas representações de ambos.

O grupo das mulheres tem suas representações sociais das ocupações em questão organizadas pelos seguintes aspectos: 1) contexto da prática profissional; 2) especificidades das ocupações; 3) pessoal (interesses) e 4) formação acadêmica.

Esse grupo representa Arquitetura e Engenharia Civil a partir da perspectiva dos "outros" (de seus prováveis clientes). As palavras "pessoas" (49,33% das ocorrências no subcorpus das mulheres), "classe" (78,57%), "dinheiro" (82,76%) estão relacionadas de forma a explicar esse fato (ver a tabela I). As duas ocupações são percebidas pelas mulheres enquanto prestação de serviços ligada a condição financeira do contratante e das pessoas em geral. Além disso parece haver a preocupação com a imagem das duas áreas profissionais. Há certa queixa de que as pessoas ignoram o trabalho da Engenharia Civil e da Arquitetura:

*"(...) A gente em geral consegue tirar bastante partido disso. As pessoas em geral acham que arquiteto é para rico. Elas até almejavam um dia ter dinheiro para contratar um arquiteto para fazer a casa."*

*"(...) A engenharia civil é minha formação pessoal, minha realização profissional. Muitas pessoas dizem que não querem gastar dinheiro contratando um engenheiro civil para fazer a planta, em se tratando de um projeto pequeno como uma casa (...)"*

As colocações desse grupo também indicam a preocupação com o "status" do profissional: ele não tem tido reconhecida a sua importância no planejamento e execução de obras menores. As pessoas buscariam alternativas para construir visando economizar dinheiro. Quando as entrevistadas dizem "as pessoas pensam, acham", estão dizendo "elas se enganam, nosso trabalho é importante; nós conhecemos os métodos e portanto vamos economizar em material, etc. "

Esse grupo refere-se ao campo prático da Engenharia Civil colocando-a como um conhecimento técnico na solução de problemas, talvez como um desafio, especificado pela palavra resolver (70,83% das ocorrências totais nesse grupo, conforme a tabela I).

*"(...) eu adoro engenharia civil, entrei no curso certo. Eu gosto de engenharia civil e não é só uma escolha pessoal, é uma escolha profissional também. O engenheiro civil tem muito isso de resolver problema, ter pensamento rápido e eu gosto disso. Acho que a engenharia civil é muito bem vista pela sociedade."*

"Resolver" implica num agir, transformar algo, tem um caráter dinâmico. Há associação entre o intelectual e o prático. É necessário desenvolver um raciocínio para a ação.

Já a arquitetura está associada à arte, representada por "criatividade" (72,22% das ocorrências estão no subcorpus feminino), indicada na tabela I, que também pode ser entendida como a principal característica do profissional dessa área, conforme também pudemos constatar nos resultados obtidos com o emprego da técnica de associação livre. A atuação

profissional dos (as) arquitetos (as) parece referir-se à composição estética do objeto ("estética" 66,67% das ocorrências neste subcorpus, conforme a tabela I):

*"(...) se a obra está pronta e a pessoa está usando, é o que me deixa mais satisfeita. Tem outros interesses pessoais com a arquitetura, tem a criatividade, um traço pessoal que eu quero deixar e que eu acho que a arquitetura até propicia porque trabalha com arte, estética e tal,"*

O emprego dos termos "criatividade" e "estética", principalmente este último, explicam a arquitetura enquanto uma profissão que se ocupa do belo em primeiro lugar. Além de bonito o objeto precisa ter alguma peculiaridade, e isso cabe à criatividade do profissional. Nesse contexto a noção de criatividade, é entendida como criar, dar vida a novas coisas, a novas formas, primando por sua estética.

Encontramos no grupo feminino, apenas entre as participantes envolvidas com a ocupação de Engenharia Civil, uma identificação com a área profissional refletindo-se em satisfação pessoal e realização profissional, indicada conforme a tabela I, pelas palavras: "fazer" (50,34% das ocorrências totais neste subcorpus), "adoro" (84,2%) e "engenheira civil" (84,62%).

*"(...) então o pessoal vê a gente como quem conhece números. Acho que respeitam também. Eu estava no ginásio e já sabia que queria ser engenheira civil. Para mim é uma perseguição, quero seguir a vida inteira."*

Silva (1982) encontrou resultados diferentes dos nossos na sua pesquisa com mulheres que exerciam atividade de nível universitário em áreas socialmente masculinas, nas quais incluía-se a engenharia civil. Ela observou que as mulheres relacionavam a sua profissão primeiramente à independência econômica, num segundo momento referiam-se à realização profissional, nesse caso insatisfeita para a maioria delas. De acordo com esta autora isso se deve ao fato das mulheres esbarrarem em valores da socialização masculina: competição, agressi-

vidade, omissão de sentimentos; esses traços, ausentes na socialização feminina, dificultariam a realização e desenvolvimento nessas áreas profissionais (masculinas). Nossa pesquisa parece indicar que atualmente parece estar havendo uma superação deste tipo de problema, acompanhada de mudanças nos valores das mulheres, se não na sua socialização, a partir de si próprias.

Por fim, encontramos certa crítica deste grupo ao ensino acadêmico (também de acordo com a tabela I, 73,33% dos aparecimentos da palavra “faculdade” foram no grupo feminino). O conhecimento adquirido na universidade é considerado por elas insuficiente para a prática profissional.

*"(...) A engenharia civil é uma coisa essencial. Penso que o que a gente tem de engenharia civil na faculdade não é suficiente, que é preciso saber mais"*

Observamos que os homens, num primeiro momento, explicam Engenharia Civil e Arquitetura procurando justificar as diferenciações que "observam", referindo-se à formação profissional (faculdade) e empregando o elemento "complementaridade" para avaliar as diferenças pontuadas. O vocábulo "formação" (66,32% de ocorrências no subcorpus masculino) é usado para organizar a explicação das diferentes competências dos profissionais das duas áreas (de forma comparativa) que, segundo os participantes masculinos, teriam contato com conhecimentos diferentes, específicos. De acordo com as UCEs produzidas, os profissionais de Arquitetura e Engenharia Civil argumentam que estes dois tipos de profissionais vêm o mesmo objeto de diferentes maneiras, e que isso se deve à formação curricular deles.

*"(...) o engenheiro civil até pode projetar mas ele não tem essa formação humanística, só tem a formação do cálculo, da técnica".*

"A atribuição profissional permite que o engenheiro projete, mas ele não tem competência", é o que parecem dizer os arquitetos. A UCE acima transcrita ilustra o fato dos arquitetos compararem-se aos engenheiros procurando uma diferenciação positiva de si. Por outro

lado, para diminuir o impacto dessa diferenciação, e talvez para tentar diminuir o conflito inter-profissional, eles utilizam a noção de complementaridade.

*"(...) A engenharia civil é bastante importante, porque ela vai se voltar mais para a parte técnica. Arquitetura e engenharia civil andam de mãos dadas, praticamente, porque a arquitetura ousa nas formas e nas composições. A engenharia civil depende da arquitetura e a arquitetura depende da engenharia civil."*

Assim, o fato das duas profissões atuarem sobre um mesmo objeto, ou pelo menos num mesmo campo, mesmo com visões diferentes devido à formação teórica, as tornaria complementares. A compreensão de que as duas profissões se complementam (forma encontrada para resolver o conflito) traduz a caracterização da arquitetura, conforme a tabela I, enquanto "função" e a "engenharia civil" enquanto "ação". A Arquitetura seria responsável pela "forma" (66,32% das ocorrências neste subcorpus) do objeto, por sua "plástica" (100%) e "conforto" (100%). Enquanto que à engenharia civil caberia a pesquisa, a tecnologia, representada no contexto das entrevistas pelo elemento "concreto" (100% das ocorrências no subcorpus masculino):

*"(...) em atendimento às boas técnicas recomendadas e àquilo que foi ensinado, todas as pessoas vão reconhecer como uma profissão correta. Da mesma forma que a engenharia civil, a arquitetura tem os mesmos procedimentos, se executada corretamente, dentro das boas técnicas, visando a praticidade, a economia, o conforto, a salubridade, preservando o meio ambiente".*

*"(...) Hoje o Brasil é um dos países que mais entendem de estrutura em concreto. Na engenharia civil há muito mais cadeiras de estrutura em concreto do que de outros materiais construtivos que poderiam tranquilamente ser empregados, como madeira, aço."*

Para os participantes masculinos a arquitetura está relacionada à funcionalidade. A preocupação com a "forma" e "plasticidade" (ver tabela I) denotam essa tendência de adequa-

ção de ambientes, relacionada ainda à questão de promoção de bem-estar, ou "conforto". A engenharia civil é compreendida como a responsável por tornar concreto o projeto, usando seu método e conhecimento sobre materiais.

*"(...) além do que existem outras engenharias que entram no processo, a engenharia elétrica, com projetos de eletricidade, telefonia, a engenharia sanitária nas redes hidráulicas e de esgoto,"*

O cotidiano profissional, é ainda entendido como uma ação de mudança. O objeto é apreendido e trabalhado, interagindo com outras áreas profissionais afins. As palavras "transformação" (91,67% do total de ocorrências neste grupo) e "processo" (94,12%) associadas às ações desses profissionais, marcam essa compreensão:

*"(...) outros, talvez a metade, fazem arquitetura por entenderem que é o processo de aprendizagem do projeto e da transformação mas ela é vista, principalmente por pessoas de fora como supérflua."*

A referência à prática profissional demonstra a preocupação com o produto de sua atuação, com os resultados. Segundo os participantes masculinos, para que isso ocorra da melhor forma é necessário que o profissional tenha competência. Tanto Engenharia Civil como Arquitetura são caracterizadas, nesse contexto, pelas palavras "responsabilidade" (87,50% do total das ocorrências masculinas) e "qualidade" (80,00%).

*"(...) economizam em tempo, em material, em obra. A qualidade da obra vai depender da qualidade do projeto. Quanto melhor for o projeto melhor será a qualidade da obra."*

O grupo masculino procura aumentar sua auto-estima, a importância de seu papel, conservando uma identidade social positiva. A questão da qualidade dos serviços prestados pelas suas profissões é um reforço desse aspecto. Conforme eles, são áreas cujos produtos

devem, obrigatoriamente, ser de qualidade; a qualidade, por sua vez, é pensada como responsabilidade do profissional.

Ao referirem-se à formação do profissional, o grupo fala na perspectiva comparativa (nós/eles), sugerindo a predominância do nível intergrupar na compreensão das duas profissões e dos dois tipos de profissionais. Este tipo de compreensão não aparece no grupo feminino.

Conforme observamos, as representações sociais do grupo masculino sobre as duas áreas profissionais consideradas referem-se, num primeiro momento, à profissão e ao profissional. As duas ocupações são caracterizadas enquanto atividades desenvolvidas em etapas: processos e transformação (ver tabela I). Eles falam a partir de si mesmos: o profissional é responsável por executar seu trabalho com qualidade. Eles demonstram estarem comprometidos com suas atividades e procuram destacar a importância de sua ocupação, valorizar sua pertença.

Por outro lado, a elevada frequência da palavra "pessoas" e o contexto do seu emprego no subcorpus feminino indicam a consideração destas participantes pelo "outro". As mulheres consideram sua profissão também em função da percepção das outras pessoas, de seus possíveis clientes. Sobre isto elas explicam que se seus serviços não são procurados é em função de certa estereotipia das próprias profissões, e não por não serem importantes. Para elas a população considera que os serviços prestados por estes profissionais é muito dispendioso para quem pretende construir uma casa. Aqui a contratação do profissional parece estar relacionada a "pequenas construções": a casa. Essa referência parece indicar uma provável área onde as mulheres atuariam mais. Elas referem-se a uma relação direta com os clientes, a pequenos investimentos destes, e portanto à construção de pequeno porte, se em comparação com edifícios ou estradas, que demandariam um número maior de funcionários (peões), e onde o contratante não interpõe exatamente os mesmos obstáculos referidos.



O grupo feminino concebe a Arquitetura enquanto criatividade artística, designando a produção de algo belo, traduzindo uma preocupação com a aparência. Já os homens entendem a arquitetura como uma produção de formas, referem-se ao aspecto mais prático e mais concreto do objeto, o lado funcional.

A concepção masculina da Engenharia Civil é baseada no desenvolvimento tecnológico. O concreto é designado como material inovador na área da construção civil. A idéia do concreto reflete a prática da profissão, o contato direto com a matéria. Para as mulheres a engenharia civil também é, de certa forma, "ação". Mas não enquanto produção e sim como o emprego de descobertas tecnológicas para solução de problemas. De acordo com Novaes (1985), solucionar problemas envolve espírito analítico e criatividade; no entanto, podemos dizer que a primeira parte da definição aproxima-se mais da compreensão masculina, e a segunda da compreensão feminina destas ocupações.

Um aspecto interessante presente no grupo feminino foi o fato de as mulheres afirmarem sua satisfação com a área profissional. Esse fato nos faz pensar que a profissionalização feminina tem sido fundamental na vida das mulheres para construção de uma nova identidade de gênero. Essa representação é mais forte entre as mulheres da área de engenharia civil; são elas que se definem enquanto "nós" e falam sobre sua identidade profissional: engenheira civil. Talvez pelo fato de se tratar de uma profissão até então dominada por homens, as mulheres parecem dizer que a representam bem, sentem-se bem desempenhando-a, e portanto, não há porquê defini-la como masculina. É também uma forma de demonstrar sua auto-estima e reafirmar seu "status" de profissional.

#### 4.2.2 O gênero como modulador das RS das ocupações

As questões que envolvem o corpus "gênero" permitem-nos duas verificações: como homens e mulheres representam gênero ligado às ocupações no geral, e quais as diferenças na representação das ocupações em função do gênero, ou seja, em função da pertença à categoria feminina ou masculina.

Procedemos como na análise anterior, obtendo, para o corpus "gênero" dois sub-corpus, um feminino e um masculino. O sub-corpus feminino é composto de 461 UCEs, equivalendo a 47,43% do total, enquanto que o sub-corpus masculino envolveu 511 UCEs (52,57%).

Este corpus foi constituído das respostas dos participantes dos sexos masculino e feminino (estudantes e profissionais) das áreas de arquitetura e de engenharia civil às perguntas: a) Você nota se há predomínio de homens ou mulheres nas áreas de engenharia civil e de arquitetura? b) Como você explica isso? c) Como você vê hoje o papel do homem e da mulher na sociedade e no trabalho em geral?

**Tabela II - Comparação das palavras significativamente associadas as respostas das mulheres e dos homens sobre a relação entre gênero e ocupação profissional**

Mulheres		Homens	
Palavras	Frequência*	Palavras	Frequência
Preconceito	48	Maior	58
Filho	17	Maioria	58
Conseguir	14	Física	25
		Sexo	24
		Cultural	23
		Interessa	21
		Estrutura	15
		Limitação	12
		Intelectual	12

\* Consideramos as palavras com frequência maior ou igual a 11 e  $X^2$  maior que 3,84.

Como podemos verificar pela tabela II, a palavra "preconceito" é a mais freqüente no grupo feminino, estando presente em 60,76% do total das ocorrências nesse grupo. As mulheres relacionam a palavra preconceito à sexualização das ocupações. Elas explicam o fato de haver menos homens em determinadas ocupações em função de preconceito:

*"(...) na engenharia civil há bem mais homens, e na arquitetura bem mais mulheres por preconceito. Tem gente que acha que o arquiteto é bicha. Em uma sala de aula com várias meninas, tem só dois ou três meninos perdidos, até os professores já começam a pegar no pé."*

Por outro lado as mulheres que exercem atividades em determinados segmentos do mercado de trabalho também enfrentam preconceitos, na opinião das mulheres. A idéia do desenvolvimento da atividade profissional toma um caráter mais feminino ou mais masculino respondendo a um padrão comportamental do que se convencionou nomear homem ou mulher e portanto da estereotipia dos papéis sexuais. O grupo feminino entende esses fatores como condicionantes do mercado de trabalho:

*"(...) É necessário colocar limites o tempo inteiro. Tem momentos em que a gente se depara com um problema por ser mulher, por ser mais nova, por ser arquiteta. Tem uma série de preconceitos incorporados. E não adianta, a gente vai para o século vinte e um mas a mulher que trabalha fora, que fala o que quer, diz o que pensa, ainda assusta muito, incomoda muito."*

As mulheres referem-se às caracterizações associadas ao gênero como propulsoras dos preconceitos relacionados às escolhas profissionais.

Outra palavra típica da categoria feminina, conforme a tabela II, (77,27% das ocorrências no subcorpus feminino) é "filho", acompanhada pela palavra "conseguir", (93,33%). A associação dessas duas palavras reflete o duplo papel da mulher: de um lado a vida privada, a responsabilidade com os filhos e de outro o exercício profissional:

*"(...) para a mulher é difícil porque tem a casa, sempre vai ter a casa, tem os filhos.*

*Mulher nunca é só a profissional, sempre é a profissional e mais alguma coisa."*

O fato de a mulher ter sido responsabilizada, culturalmente, pelo cuidado e educação dos filhos, leva-nos a pensar se a escolha profissional da mulher é perpassada por conflitos. O conflito entre a responsabilidade de gerar um filho e educá-lo, cumprindo seu papel de "mãe" e o de desejar uma realização profissional, uma situação mais independente economicamente. Quando tratamos da identidade profissional nos referimos a este aspecto. Para relembrar, na pesquisa espanhola (Strey e cols., 1995) as mulheres manifestaram o desejo de trabalhar por meio período para conciliar melhor vida profissional e doméstica. Por outro lado a divisão das responsabilidades domésticas tem sido cada vez mais solicitada. À medida em que a mulher avança no mercado, - nas palavras de algumas entrevistadas, "conquista seu espaço", - o homem vem dividir algumas atividades, embora não possamos afirmar que esse seja um pensamento compartilhado pelo grupo feminino entrevistado:

*"(...) na sociedade acho que está equilibrado. Nós tanto vimos homens cuidando de casa, de filhos, quanto mulheres indo trabalhar. Essa coisa de que está mais difícil, de que a mulher ganha menos acho que até é verdade, mas ela está conseguindo muito mais trabalho, e o mais importante está estudando muito mais também. As mulheres estão com um grau de escolaridade maior (...)"*

As mulheres parecem não querer abrir mão da conquista profissional. Ao contrário, fazem uma projeção de futuro quando referem-se à conquista de espaço, a estar conseguindo entrar, se manter e avançar no mercado, vencendo pouco a pouco os "preconceitos". Dessa forma as mulheres colocam-se competindo igualmente com os homens no que se refere ao mercado de trabalho.

Os resultados de nossa entrevista mostram que as mulheres focalizaram mais sua compreensão sobre as ocupações em função do tema preconceito, e propriamente de sua experiên-

cia por pertencer ao sexo feminino. Já os homens, como podemos observar na tabela II, utilizaram outros temas para explicar as questões propostas. Esse grupo observa predomínios feminino e masculino nas ocupações, principalmente em relação às duas áreas profissionais em estudo:

*"(...) acredito que na engenharia civil haja um predomínio de homens profissionalmente atuantes principalmente no campo, e na arquitetura eu acho que já é mais dividido, embora a grande maioria seja mulher,"*

Eles definem-se diferentemente em relação às mulheres procurando manter uma identidade de grupo positiva, e de certa forma justificar a predominância masculina na engenharia, como afirmaram acima:

*"(...) há várias razões, mas as duas principais que eu colocaria é sensibilidade feminina na questão da arquitetura, e talvez uma facilidade maior do homem para a questão do raciocínio lógico-matemático, não sei, não quero generalizar nesse sentido, mas acho que é por aí."*

Uma explicação mais "concreta" para justificar a não participação ou a menor presença da mulher em determinadas áreas, está pautada na argumentação do que define as mulheres diferentemente em relação aos homens no mercado de trabalho: é a anatomia dos corpos, ou seja, a constituição física (75,76% das ocorrências no grupo masculino, conforme a tabela II). Nas falas dos entrevistados ela está apoiada ainda pelos termos estrutura (75%) e limitação (80%). Nessa concepção a anatomia feminina impediria que as mulheres executassem certas tarefas:

*"(...) muitas mulheres acabam abandonando o mercado de trabalho porque têm que cuidar da casa. Tem algumas profissões que ainda são notadamente ou marcadamente masculinas ou femininas, as masculinas são as que dizem respeito principalmente à força física, e as femininas; aquelas de certa maneira tradicionais, enfermagem (...)"*

Há aqui uma referência entre a diferença entre ser forte, e portanto rude, agressivo, e ser "afetivo" e "zeloso", estereótipo característico da profissão de enfermagem. Lembramos que as profissões tradicionais femininas são, principalmente, as que lidam com Educação, e as que se voltam ao cuidado com as pessoas, como Serviço Social, Enfermagem, Psicologia.

A palavra "sexo" (72,73% das ocorrências totais no subcorpus masculino) está estritamente relacionada a "intelectual" (80%). Sexo é utilizada para designar a diferente constituição anatômica homem-mulher; e intelectual é empregada no sentido de compensar a "limitação física feminina". De acordo com os homens, no campo intelectual não há uma (pré) diferenciação entre homem e mulher, embora eles tenham argumentado anteriormente que os homens dominam melhor o cálculo:

*"(...) então o que está determinando hoje é a capacidade e se tiver capacidade não tem mais sexo, dentro de todas as áreas."*

*"(...) nesses anos todos, cada um tem uma participação muito efetiva. Guardadas as proporções, eu acho por exemplo, que do ponto de vista do trabalho intelectual não há nenhuma diferenciação entre mulher e homem."*

Se por um lado eles utilizam o recurso ao biológico para explicar a sexualização do mercado, podemos dizer que por outro lado fazem uso também de uma explicação "cultural" (79,31% das ocorrências no subcorpus masculino - tabela II) na tentativa de justificá-la. Nesse caso há uma atribuição de causalidade externa a sexualização das ocupações, o que de certa forma afasta a explicação a partir dos indivíduos concretos, deslocando-a para outra instância, afastando qualquer comprometimento consigo:

*"(...) por isso é uma profissão mais dura, assim como eles também são. Existem mulheres que são cartesianas, por isso fazem engenharia civil também, mas a maioria opta pela*

*arquitetura. Historicamente o homem ainda tem domínio na parte do trabalho e na parte salarial, isso é uma questão histórica, cultural."*

Uma outra explicação para a não participação das mulheres em determinadas áreas profissionais é a sua não identificação com determinada profissão (interesse, 87,50% das ocorrências nesse subcorpus), no entanto precisamos considerar que pode tratar-se também de uma visão estereotipada:

*"(...) Claro que há determinados serviços que as próprias mulheres não acham interessante, por exemplo ser borracheira, tem mulher borracheira, mas será que é um trabalho ideal, porque a mulher é feminina também."*

Observamos que na maioria das UCEs do grupo masculino está presente a comparação entre homens e mulheres. Essa comparação é também uma diferenciação à medida em que segue definindo um e outro. Dois pensamentos parecem dividir esse grupo: ao mesmo tempo em que expressam a semelhança entre homem e mulher na capacidade intelectual, utilizam critérios cognitivos e físicos para diferenciá-los. Ao contrário dos homens, as mulheres não estabeleceram uma diferenciação entre elas e os homens desta forma. Utilizaram preconceito como um critério geral para pensar a relação entre os sexos, talvez como defesa. Preconceito é também a explicação utilizada pelo grupo feminino quando explica o predomínio de mulheres na arquitetura e de homens na engenharia civil. Para esse grupo os estereótipos que circulam nesses meios ajudam a sexualizar essas duas áreas. Já o grupo masculino utiliza novamente o critério da diferenciação, apontando sutilmente para uma certa diferença de gênero quando se refere a maior capacidade dos homens para a questão matemática. E ainda atribuem duas causas para explicar as ocupações como mais femininas ou mais masculinas. Uma é pautada numa explicação interna, na biologia (propriamente na definição de homem e mulher) e outra na cultura, referindo-se a um aspecto externo. A primeira compreende estrutura e limitação físicas bem como diferenças em nível cognitivo (facilidade dos homens em raciocínio

lógico-matemático). A segunda envolveria algo mais geral, teria uma dimensão social. A cultura acaba não legitimando, mas reafirmando a diferença anatômica masculina como um traço superior relativamente presente no mercado de trabalho.

Os homens parecem pensar a mão de obra feminina em função da limitação física, criando assim um protótipo de mulher no trabalho. Referem-se a essa questão como se dissessem "o problema está nelas". O avanço tecnológico parece ter sido desconsiderado. Em verdade a tecnologia tem contribuído muito para a preservação física do trabalhador, diminuindo o esforço físico, quando não o substituindo completamente por maquinários especializados.

Na última UCE do grupo masculino (citada aqui) podemos verificar o estereótipo: "a mulher é feminina também". Há a associação entre sexo feminino (fêmea) e feminilidade (comportamento). Nesse caso provavelmente referindo-se à vaidade, ao cuidado com a aparência, a delicadeza, reafirmando o que já havíamos constatado quando tratamos da explicação sobre a limitação física versus profissões tradicionalmente masculinas.

Talvez possamos, ainda, questionar se a utilização da explicação "estrutura/limitação física", não significa, implicitamente, também uma referência a questão da maternidade como um empecilho, embora o grupo masculino não se refira diretamente a filhos/vida doméstica. Os homens lêem a situação da mulher a partir de sua perspectiva. Não consideraram a responsabilidade com filhos ou questões de vida privada. Essa deve ser uma preocupação feminina, tradicionalmente estabelecida, um papel instituído. Esse fato é observado por Silva (1982) em pesquisa realizada junto a casais de formação universitária que exercem atividade profissional. A autora conclui que praticamente toda a responsabilidade "doméstica" fica com as mulheres. A atuação masculina funciona em caráter de "ajuda", de "complemento", é limitada, seja na execução de tarefas rotineiras ou na atenção com os filhos. É em função dessa não divisão de responsabilidades que a compreensão do grupo feminino estrutura-se, a partir do ciclo vivenciado: filho versus trabalho versus preconceito.



Notamos que as mulheres associam o fato de estarem ganhando mais espaço no mercado à sua maior dedicação aos estudos. Essa parece ser uma nova dimensão comparativa utilizada por elas, refletindo realmente a competição social e motivando sua auto-estima grupal.

## 5. Conclusão

Os resultados da técnica de evocação livre não forneceram dados acerca da categorização das ocupações em função do gênero. Houve tão somente associações com a categoria de pertença profissional.

Embora Engenharia Civil e Arquitetura tenham competências específicas, elas têm as chamadas "áreas de sombreamento", nas quais atuam juntas, dividindo tarefas, ou atuam independentes uma da outra, abraçando a totalidade das tarefas: projeto e execução da obra, o que compreenderia ainda, a parte de orçamentação do material e administração da mão-de-obra. Nesse caso é importante considerar a realidade econômica do mercado. Se o país atravessa um período de crise, e os grandes investimentos como na abertura de estradas, construção de portos e aeroportos, caminham lentamente ou se encontram suspensos temporariamente, os engenheiros (que são os principais profissionais responsáveis por essas edificações), voltam-se à demanda atual do mercado. Se essa demanda corresponde à edificações de menor porte, é a elas que sua atenção estará voltada, havendo muito maior disputa de mercado com os arquitetos, que se encontrariam em situação semelhante. Por outro lado a atuação de ambos, em conjunto, também pode originar uma situação conflituosa (no que se refere à arquitetura, por exemplo), envolvendo o prático e o estético - embora os arquitetos pareçam considerar o aspecto funcional (o quadro 2 demonstra isso). Para o grupo de ECV a arquitetura se concentra mais na expressão artística, no que diz respeito à inovação, importando-se pouco com a praticidade. Talvez resultem daí certos conflitos entre engenheiros e arquitetos

que atuam numa mesma realidade física com enfoques diferentes. Os engenheiros parecem dizer que os arquitetos não se importam com o lado prático do projeto ou da construção; idealizam obras que o profissional de engenharia precisa integrar esforços para edificar.

É ao nível periférico que se revelam elementos mais cotidianos das representações sociais das ocupações, principalmente em relação aos out groups. Nesse caso, a área de engenharia civil percebe seu out group referindo-se a elementos que parecem indicá-lo como supérfluo (estereótipo), por lidar com detalhes (frescura, decoração). Sabemos que um profissional de arquitetura pode trabalhar também como decorador, mas este não precisa ser diplomado em arquitetura. Os arquitetos, por sua vez, percebem a engenharia civil como tecnicista, utilizando elementos que estereotipam o profissional da área (dureza, frieza, rigidez). Esses estereótipos parecem estar articulados às outras representações que produziram sobre engenharia civil: racionalidade, cálculo, tecnologia. Os estereótipos ajudam na discriminação do out group. Há uma forte tentativa de diferenciação inter-profissional, envolvendo um caráter avaliativo, no sentido de discriminar os profissionais de uma ou outra áreas. O que observamos da parte de ambos é que procuram reafirmar seu "status", buscando uma justificativa para seu posicionamento social. No entanto o grupo de arquitetura estereotipa mais seu out group que o grupo de engenharia civil. Esse grupo parece centrar-se mais sobre si mesmo, sobre o desempenho de suas atividades profissionais.

Os resultados da "técnica de entrevista" nos mostram que homens e mulheres categorizam diferentemente as ocupações e mantêm uma relação diferente com elas. E podemos destacar que o grupo feminino utilizou mais elementos de expressão, permitindo que pensemos na configuração de uma personalidade mais relacional, enquanto o grupo masculino expressou maior instrumentalidade, denotando uma personalidade mais voltada ao funcional. O grupo feminino relaciona arquitetura com arte e criatividade designando-a como uma expressão de beleza (estética). A engenharia civil é representada, por este grupo, enquanto um co-

nhecimento técnico, pois permite "resolver" os problemas. Podemos considerar também que está presente um traço da socialização feminina, a alteridade; elas percebem as duas ocupações também na perspectiva das outras pessoas. Isso foi observado também na pesquisa de Camargo (2000), quando as mulheres representaram a aids a partir do portador. Quando o grupo manifesta a compreensão de que as pessoas acham a contratação de um profissional da arquitetura ou da engenharia dispendiosa, deixa implícita a idéia de que parece haver dificuldades de inserção dos profissionais dessas duas áreas no mercado das construções de pequeno porte, aquelas nas quais a contratação do profissional é substituída por outra mão-de-obra, as residências familiares, as casas. As mulheres, no entanto, parecem considerar que este é um campo a ser (re) conquistado, que há possibilidades de mudar essa situação. Esta é uma interpretação baseada nesses relatos, e considerando que o campo de atuação desses profissionais, nesse momento, parece caracterizado por uma grande oferta de mão-de-obra que não está sendo tão requisitada como de costume.

O grupo masculino parte de uma perspectiva comparativa, a qual sugere a presença de uma relação intergrupala, no nível inter-profissional, o que complementa os resultados obtidos com a "técnica de evocação livre" referida: certo conflito no que se refere à atuação profissional das duas ocupações numa mesma área. Isso é caracterizado com a referência às formações do engenheiro e do arquiteto. Se, no entanto existe o conflito, entre esses profissionais, existe também, para os participantes do grupo masculino, uma forma de diminuí-lo: se cada um fizer a sua parte, atuar especificamente na sua "especialidade", essas profissões serão "complementares" e isso resultará na harmonia inter-profissional.

As ocorrências de palavras, no subcorpus desse grupo, que mais expressaram a idéia compartilhada sobre arquitetura aparecem com um aspecto mais concreto que em relação ao grupo feminino. Os homens representam a arquitetura a partir da funcionalidade. Não se trata de uma questão estética, e sim prática. A ocupação de engenharia civil é lembrada a partir do

emprego do principal material usado para edificar obras, o concreto. Eles associam a engenharia civil à atuação profissional, a concretização do objeto. A atuação profissional é também categorizada por uma ação que produz um efeito (processo e transformação). Por fim há o aspecto que ressalta a seriedade do profissional dessas duas áreas, ele é responsável pela qualidade do empreendimento. A qualidade vai envolver aspectos relativos à segurança, uma questão de importante repercussão social. Observamos que está presente, nesse grupo, a localização de sua identidade profissional numa posição de "status" que confere auto-estima, e uma identidade social positiva. O aspecto referente ao profissional é ressaltado também pelo grupo feminino, mas a localização das ocorrências que nos informam a esse respeito estão associadas somente às profissionais da área de engenharia civil. Elas expressam sua satisfação por sentirem-se realizadas profissionalmente. Isso significa sua reafirmação enquanto profissional, e sua elevada auto-estima. Por outro lado, no que se refere à associação entre gênero e atividade profissional, o grupo feminino afirma esbarrar em dificuldades profissionais que se devem a preconceito. Este está associado tanto ao gênero feminino quanto ao masculino no que se refere aos acessos a certas ocupações, como as consideradas nessa pesquisa.

O objeto gênero é relevante para ambos os grupos. As mulheres falam a partir de sua identidade de gênero e apontam para a discriminação social que recai sobre si no que se refere ao trabalho, mais especificamente a profissões onde há maior participação masculina.

O grupo masculino considera a comparação entre homens e mulheres, num nível intergrupar. Observamos, no entanto, representações contraditórias nesse grupo, o que provavelmente pode indicar a ocorrência de mudanças nos valores ligados às representações de gênero. Há a compreensão de que existem profissões masculinas e femininas e que sua existência se deve ao fato de haver diferentes competências de homens e mulheres. Os homens representam uma relação de oposição bipolar, como observa Duveen (1996). Seguem daí a

atribuição das causas de as mulheres não exercerem determinadas profissões. Num primeiro momento a categorizam como cognitivamente diferente do homem: não tem tanta competência para o cálculo como este. Além dessa explicação há a fundamentada na anatomia: dispõe de menor capacidade física para determinadas atividades. A eleição dessas categorias parece caminhar para a formação de um provável protótipo feminino. Há uma imagem da mulher relacionada à feminilidade, um comportamento esperado dela, padronizado culturalmente. Contrária, até certo ponto, a essa representação, está a que explica a questão das profissões terem maior participação masculina ou feminina devido à cultura. Dessa vez a atribuição causal é externa à mulher ou ao homem. Essa explicação está associada com a de que cognitivamente homens e mulheres são iguais (intelectualmente), têm a mesma capacidade, e que o sexo não é determinante dessas questões. Talvez possamos dizer, são representações da mulher enquanto natureza (sendo biologicamente determinada), em oposição a esta representação da mulher como um produto da civilização (e portanto mutável). Constatamos a ênfase do grupo masculino na representação do sexo feminino. Em ambos os grupos a condição feminina em relação ao trabalho foi mais relevante e mais compartilhada que a produção sobre a relação do homem com esse campo.

Retornando à produção do grupo feminino, observamos um provável conflito ao nível dos papéis sexuais. A identidade de gênero feminina aparece relacionada a um papel social tradicionalmente associado à mulher, o de ser mãe. O papel institucional de mãe é relacionado à identidade profissional, tal como a que consta da declaração de uma das entrevistadas: "(...) tem os filhos. Mulher nunca é só a profissional, sempre é a profissional e mais alguma coisa" (p. 75 dessa dissertação). A divisão sexual das tarefas foi legitimada de tal forma que as dificuldades em superá-la estão presentes mesmo naqueles casos onde haveria, objetivamente, uma igualdade profissional e econômica do casal ou da família. Isso significa que mesmo assumindo uma independência financeira, as mulheres enfrentam dificuldades sociais

e culturais. A conquista de espaços é representada, pelo grupo feminino, como uma competição. No entanto não caracteriza uma competição direta com um out group, ao menos não o específica. É tão somente uma luta por espaço, independente de com quem se dispute. É também uma tentativa de alcançar uma identidade social positiva de si e do grupo. Não observamos um movimento no sentido de produzir uma diferenciação de grupo, seja em nível da categorização das duas áreas profissionais (enquanto pertencente à engenharia civil ou arquitetura), seja no que se refere ao gênero.

Mudanças sutis vêm ocorrendo na socialização e em muitas representações acerca do gênero. O fato das mulheres estarem reclamando novos espaços nas relações sociais (política, profissional, etc.) repercute na sociedade de forma a dar novos significados a outras relações, como as familiares, e propriamente as de gênero. Surgem também novos modelos de socialização, novas perspectivas na construção das identidades de gênero.

A identidade de gênero masculina, no entanto, parece bem mais resistente às mudanças nos papéis sexuais. Talvez pelo fato de essas prováveis mudanças serem interpretadas como uma mudança correspondente no seu "status" social de gênero. Ou seja, a identidade de gênero masculina é positivamente valorizada, seus comportamentos e suas tarefas.

No que diz respeito propriamente ao campo do trabalho, há outras considerações que podemos fazer, tendo em vista, principalmente, o contexto econômico atual. As atividades de emprego estão sendo descaracterizadas. Hoje há muito mais uma disputa por trabalho. Essa disputa por espaço no contexto atual das oportunidades de trabalho estabelece novas relações entre os concorrentes, sejam homens ou mulheres. A repercussão dessa transformação econômico-social alcança também o âmbito das relações familiares, e mais propriamente no que se refere às tarefas de um ou outro "cônjuge". Há uma preocupação no sentido de quem estará empregado futuramente. A dinâmica das relações sociais fará surgir novas categorizações, novas identidades, novos conflitos. Como afirma Heller (1980), é impossível prever o futu-

ro das relações de gênero, incluindo-se as familiares; é preciso estar-se sempre atento às relações sociais e às dimensões econômica, política e social em si. Nesse ponto a teoria das representações sociais é uma forte aliada. Permitirá conhecer a dimensão das relações simbólicas que se estabelecerão e sua relação com os grupos sociais.

Afinal, as representações sociais permitem que comparemos e classifiquemos pessoas, objetos, grupos, comportamentos, e que os expliquemos, bem como aos demais fenômenos com os quais nos deparamos em nossas realidades. Nós nos movemos no mundo a partir de nossas categorizações. Comparamos categorias sociais, sexuais, raciais. Identificar as representações sociais de gênero produzidas pelos muitos grupos, nos muitos ambientes sociais, é importante para que se conheça como os grupos pensam, organizam, significam suas relações, como categorizam os elementos do seu meio. Isso pode possibilitar intervenções que trabalhem a questão das diferenças questionando desigualdades que se estabelecem a partir da diferenciação de gênero em relação a muitos objetos sociais, que são sempre categorizadas nessa perspectiva (de gênero).

Ainda no que se refere ao trabalho, sabemos que as categorizações de gênero têm interferido de modo a desprestigiar as ocupações "femininas", ou aquelas que se feminilizam, enquanto o fazer masculino continua sendo o mais privilegiado. Essas questões, no entanto, precisam ser melhor observadas.



## 6. Referências Bibliográficas

- Abric, J.C. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: système central e système périphérique. Em: C. Guimelli (ed.) Structures et transformations des représentations sociales. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Abric, J.C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em: A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB.
- Aihara, K.K. (1984). Construção da identidade social da voluntária e do deficiente físico. Em: Identidade: prismas (pp. 8.1-8.19). São Paulo: PUC.
- Amâncio, L. (1996). Identidade social e relações intergrupais. Em J. Vala & M. B. Monteiro, (coord). Psicologia social. pp. 287-307, 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1985). A construção social da realidade. 6.ed. Petrópolis: Vozes.
- Bruschini, C. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. Em Cadernos de Pesquisa. nº 28, 5-20.
- Bruschini, C. (1996). Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição das mulheres para a sociedade. Trabalho apresentado no II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho. Águas de Lindóia.
- Breakwell, G.M (1993). Social representation e social identity. Em Papers on social representations. Vol 2 (3), pp198-217.
- Bruand, Y. (1999). Arquitetura contemporânea no Brasil. 3ª ed. São Paulo : Perspectiva.
- Burris, C.T; Branscombe, N.R. & Klar, Y.(1997) Maladjustment implications of self and group gender-role discrepancies: an ordered-discrepancy model. Em: European journal of social psychology. V.27, pp. 75-95.
- Camargo, B.V. (1998). Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. Apostila. Laboratório de psicossociologia da comunicação e cognição social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas: UFSC.
- Camargo, B.V. (2000). Sexualidade e representações sociais da aids. Revista de Ciências Humanas. Especial temática, nº. 3 (Representações sociais e interdisciplinaridade). pp. 97-110.

- Castro, M. G. & Lavinias, L. (1992). Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. Em A. O. Costa, & C. Bruschini. Uma questão de gênero. (pp. 216-251) Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos.
- Castro, N. A. & Guimarães, I. B. (1997). Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. Em D. Siqueira, G. F. Potengy & P. Cappellin. Relações de trabalho, relações de poder. (pp.177-211). Brasília: UNB.
- Ciampa, A.C. (1989) Identidade. Em S.M. Lane. Psicologia social: o homem em movimento.(pp. 58-75) São Paulo: Brasiliense.
- Costa, A. (1992). Representações sociais de homens e mulheres em Portugal. Cadernos condição feminina. nº 34, Lisboa: Negócios.
- Durkheim, E. (1922). As formas elementares da religião. Em: J. A. Giannotti (1978). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Duveen, G. ( 1995). Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (orgs). Textos em representações sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Duveen, G. (1998). A construção da alteridade. Em A. Arruda (org.). Representando a alteridade.(pp. 83-108). Petrópolis: Vozes.
- Farr, R. (1995). Representações sociais: a teoria e sua história. Em: P. A. Guareschi e S. Jovchelovitch: Textos em representações sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Godelier, M.(1980). As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. Encontros com a civilização brasileira. v.26, no. Especial, 9-29.
- Grossi, M. (1998) Identidade de gênero e sexualidade. Em Antropologia em primeira mão. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, no. 24.
- Heller, A. (1980). O futuro das relações entre os sexos. Encontros com a civilização brasileira. v. 26, no. Especial, 49-61
- Hewstone, (1990). Causal attribution: from cognitive process to collective beliefs. Cambridge, Mars: Basil Breakwell.
- Jodelet, D. (1989). La representación social: fenómenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (org.). Psicologia Social. Barcelona : Paidós.
- Jodelet D. (1998) A alteridade como produto e processo psicossocial. Em A. Arruda. Representando a alteridade. (pp.47-57). Petrópolis:Vozes.
- Jovchelovitch, S. (1998). Re (des) cobrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. Em A. Arruda (org.) Representando a alteridade. (pp-69-82). Petrópolis : Vozes.

- Lazari, J. S. (1993). Papéis de gênero em mulheres de escolaridade superior engajadas profissionalmente. Tese de doutorado em educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lewin, K. (1973). Problemas de dinâmica de grupo. 2ª ed. São Paulo : Cultrix.
- Lindeman, M & Sundvik, L. (1995). Evaluative bias and self-enhancement among genders groups. Em European journal of social psychology. Vol.25,pp. 269-280
- Lobo, E. S. (1992). O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. Em A. O. Costa, & C. Bruschini. Uma questão de gênero. (pp. 252-265). Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos.
- Louro, G. L. (1996). Nas redes dos conceitos de gênero. Em M. S. Lopes (org). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes médicas.
- Maisonneuve, J. (1977). Introdução à psicossociologia. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Martin-Baró, I. (1985). Accion e ideologia: psicologia social desde centroamérica. Coleção de textos universitários, série psicologia, vol. 1, 2ª ed. San Salvador: El Salvador, C.A: UCA editores
- Matos, M.I.(1997).Gênero e história: percursos e possibilidades. Em M. R. Schpun (org). Gênero sem fronteiras. (pp. 73-91) Florianópolis: Mulheres.
- Mead, M. (1998). Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva
- Money, J. & Tucker, P. (1981). Os papéis sexuais. São Paulo: Brasiliense.
- Moscovici, S. (1978). A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. Em J. P. Forgas (Ed.) Social cognition: perspectives on everyday understanding. (pp. 181-209). London: Academic Press.
- Nascimento-Schulze, C. (1996). Representações de germanidade, identidade étnica e vitalidade etnolingüística. Em C. M. Nascimento-Schulze (org.). Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. Coletâneas da ANPEPP. Florianópolis, v.1, (10), 109-123.
- Novaes, A. G. (1985). Vale a pena ser engenheiro? São Paulo: Moderna.
- Lassance, M.C.P. & Magalhães, M. O. (1997). Gênero e escolha profissional. Em: R.S. Levenfus. A psicodinâmica da escolha profissional. Artes Médicas: Porto Alegre.
- Pichevin, M. F & Hurtig, M-C. (1996) Describing men, describing women: Sex membership salience and numerical distinctiveness. (pp. 513-522) Em European Journal of Social Psychology, vol. 26.
- Puppim, A (1994). Mulheres em cargos de comando. Em C. Bruschini & B. Sorj. Muitos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo : Marco Zero, Fundação Carlos Chagas.

RECOLHIMENTO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS, 1997.

Reinert, M. (1991). Alceste. Une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. Bulletin de methodologie. (26), 24-25.

Rodrigues, A. M. (1992). Lugar e imagem da mulher na indústria. Em A. O. Costa, & C. Bruschini. Uma questão de gênero. (pp. 266-288). Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos.

Sá, C.P. (1996). Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes.

Sá, C.P. (1998). A representação social da economia brasileira antes e depois do "plano real". Em: A. S. P. Moreira e D. C. Oliveira (orgs). Estudos interdisciplinares em representação social. Goiânia: AB.

Santos, M F S (1990). Identidade e aposentadoria. São Paulo: EPU.

Scheibe, K. (1984). Identidade, memória e história. Em Identidade: prismas (pp. 1.1-1.38). São Paulo:PUC

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2), jul/dez, 5-22.

Segawa, H. (1999). Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. 2ª ed. São Paulo: EDUSP.

Selltiz, C. (1974). Métodos de pesquisa nas ciências sociais. São Paulo: EPU/EDUSP.

Silva, M. R. G. C. (1988). Mulheres profissionais: um estudo de papéis sexuais e suas implicações no cotidiano. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Siqueira, M. J. T. (1997). A constituição do sujeito e a divisão sexual do trabalho na família: análise do caso de um homem dono-de-casa. Tese de Doutorado: USP/SP.

Skitika, L.J. & Malasch, C. (1990) Gender roles and the categorization of gender-relevant behavior. Em: Sex roles: a journal of research. V.22, n. 3-4, p. 133 (18), ([http://web2.infotrac.apla.galegroup.com/itw/infomark/638/225/32843259w3/purl=rc1\\_eim\\_o](http://web2.infotrac.apla.galegroup.com/itw/infomark/638/225/32843259w3/purl=rc1_eim_o))

Sorj, B.(1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade. Em A. O. Costa, & C. Bruschini. Uma questão de gênero. (pp. 15-23) Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos.

Souza Filho, E. (1996). A dimensão grupal/identitária na produção de representações sociais. Em C. M. Nascimento-Schulze (org.). Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. Coletâneas da ANPEPP. Florianópolis, v.1, (10), 85-103.

Stoller, R. (1993). Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Strey, M.N. (1995). Modelos de análise na construção do projeto profissional - a questão do gênero. Em Psico, v.26, no. 02, Porto Alegre.
- Strey, M.N., González, A.M., Martínez, J.L. & Carrasco, J.M.N. (1995). A construção do projeto profissional na mulher: estudo de alguns aspectos psicossociais. Em Psico, v.26, no. 01, Porto Alegre.
- Tamanini, M. (1997). Saúde-doença na interação entre gênero e trabalho: um estudo das representações das empregadas domésticas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Tajfel, H & Turner, J (1979). A integrative theory of social conflict. Em W. G. AUSTIN & S. WORCHEL (Eds.). The social psychology of intergroup relations. Monterey: Calif. Books.
- Tajfel, H. (1982). Grupos humanos e categorias sociais. vol. 1 e 2. Lisboa: Livros Horizonte. (Coleção horizonte de psicologia).
- Teixeira, M.C.V.G (1999). Representações sociais sobre a saúde no idoso: um diagnóstico psicossocial na rede básica de saúde. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Telles, P.C.S. (1984). História da engenharia no Brasil. Rio de Janeiro: LCT
- Vergès, P.(1992). L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. Bullettin de Psychologie. V. XLV, n° 405, p. 203-209.
- Vergès, P.(1999). Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations. Aix en Provence: Manuel d'utilisateur, 18p.
- Witt, R. R. (1996). Gênero e diabetes: implicações para o autocuidado. Em M J M Loppes, D E Meyer & V R Waldow. Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas.

## 7. Bibliografia Consultada

- Agne, C. Mulher: vítima de discriminação no trabalho. Em Diário do sul especial. Ano 5, nº 1085, jul/98, pp. 2-4.
- Badinter, E. (1986). Um é o outro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bordieu, P.(1996). Novas reflexões sobre a dominação masculina. Em M. S. Lopes, (org) Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes médicas.
- Gomes, M. T. Abaixo os homens? Exame. ed. 648, ano 31, n. 16, Editora. Abril, 30 jul 1997.
- INFORMATIVO [do] SINE/SC. Florianópolis. n ° 17, Ano V. set.98, 1-8.
- Hübbner, M. M. (1998). Guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. São Paulo: Pioneira.
- Perfil dos trabalhadores movimentados em Florianópolis. Cadastro geral dos empregados e desempregados (lei 4923/65) – jan/96-dez/97. Florianópolis: SINE, jul/98. Elaboração: Estevão Becker, setor de informação e análise do mercado de trabalho.
- Salém, T. (1980). O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes.

## **ANEXOS**

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
 TABELA DE TOTAIS DE PROFISSIONAIS POR GÊNERO E POR MODALIDADE NO SISTEMA CONFEA/CREAS - DADOS DO CREA-SC

MODALIDADE/CATEGORIA	FORMADOS ATÉ 1970		FORMADOS 1971 A 1975		FORMADOS 1976 A 1980		FORMADOS 1981 A 1985		FORMADOS 1986 A 1990		FORMADOS 1991 A 1995		FORMADOS APÓS 1996		TO TAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
ENG. CIVIL	902	6	994	19	1.344	96	1.582	156	1.059	177	783	203	675	212	7.339	869
ENG. ELÉTRICA	221	2	330	7	569	27	560	18	489	21	437	22	338	19	2.944	116
ENG. MECÂNICA	265	1	306	4	476	4	620	10	436	8	356	20	270	10	2.729	57
ENG. AGRONÔMICA	391	3	395	7	440	15	600	49	595	60	479	70	273	71	3.173	275
ENG. AGRIMENSURA	1	-	2	-	36	2	69	6	51	4	41	-	43	3	243	15
GEOLOGIA E MINAS	67	1	49	1	95	-	118	13	61	3	29	1	14	-	433	19
ENG. QUÍMICA	27	-	31	2	34	3	47	18	57	14	44	14	21	14	261	65
ARQUITETURA	155	20	114	28	184	92	424	257	309	230	214	192	117	183	1.517	1.002
OUTROS PROF. DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO	104	-	6	-	4	8	17	-	3	-	3	-	38	4	175	12
<b>TOTAL PROF. DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO(1)</b>	<b>2.133</b>	<b>33</b>	<b>2.227</b>	<b>68</b>	<b>3.182</b>	<b>247</b>	<b>4.037</b>	<b>527</b>	<b>3.060</b>	<b>517</b>	<b>2.386</b>	<b>522</b>	<b>1.789</b>	<b>516</b>	<b>18.814</b>	<b>2.430</b>
TÉC. INDUSTRIAL	89	1	173	-	410	8	487	19	546	30	562	58	369	31	2.636	147
TÉC. AGRÍCOLA	23	-	147	-	254	1	387	-	290	1	309	6	112	1	1.522	9
OUTROS PROFISSIONAIS DE TÉCNICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS(2)</b>	<b>112</b>	<b>1</b>	<b>320</b>	<b>-</b>	<b>664</b>	<b>9</b>	<b>874</b>	<b>19</b>	<b>836</b>	<b>31</b>	<b>871</b>	<b>64</b>	<b>481</b>	<b>32</b>	<b>4.158</b>	<b>156</b>
<b>TOTAL GERAL (1) + (2)</b>	<b>2.245</b>	<b>34</b>	<b>2.547</b>	<b>68</b>	<b>3.846</b>	<b>256</b>	<b>4.911</b>	<b>546</b>	<b>3.896</b>	<b>548</b>	<b>3.257</b>	<b>586</b>	<b>2.270</b>	<b>548</b>	<b>22.972</b>	<b>2.586</b>

CREA - SC



## ANEXO 2

As atividades dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, estão discriminadas no Artigo 1º da **Resolução nº 218/73 do CONFEA**, o qual transcrevemos abaixo:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

co;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Porém, para os Arquitetos, estas atividades acima elencadas, ficam restritas a sua área de formação, conforme Artigo 2º da mesma Resolução, o qual transcrevemos abaixo:

**Art. 2º - Compete ao ARQUITETO OU ENGENHEIRO ARQUITETO:**

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos.

Da mesma forma, para os Engenheiros Civis, trata o Artigo 7º da mesma Resolução, abaixo transcrito:

**Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:**

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

**LEMBRAMOS QUE, ESTAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS FORAM RELACIONADAS EM 29/06/73, DATA EM QUE ENTROU EM VIGOR A RESOLUÇÃO 218/73. PARA PROFISSIONAIS REGISTRADOS ANTERIORMENTE A ESTA RESOLUÇÃO, FICA VALENDO AS ATIVIDADES RELACIONADAS NO DECRETO Nº 23.569/33, ONDE ABAIXO, TRANCREVEMOS OS ARTIGOS CORRESPONDENTES:**

**Art. 28 - São da competência do engenheiro civil:**

- a) trabalhos topográficos e geodésicos;
- b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;

c) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro;

d) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras de captação e abastecimento de água;

e) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação;

f) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;

g) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras relativas a portos, rios e canais e das concernentes aos aeroportos;

h) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural;

i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;

j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com as especificações das alíneas "a" a "i";

k) perícias e arbitramento referentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 29 - Os engenheiros civis diplomados segundo a Lei vigente deverão ter:

a) aprovação na Cadeira de "portos de mar, rios e canais", para exercerem as funções de Engenheiro de Portos, Rios e Canais;

b) aprovação na Cadeira de "saneamento e arquitetura", para exercerem as funções de Engenheiro Sanitário;

c) aprovação na Cadeira de "pontes e grandes estruturas metálicas e em concreto armado", para exercerem as funções de Engenheiro de Secções Técnicas, encarregadas de projetar e executar obras-de-arte nas estradas de ferro e de rodagem;

d) aprovação na Cadeira de "saneamento e arquitetura", para exercerem funções de Urbanismo ou de Engenheiro de Secções Técnicas destinadas a projetar grandes edifícios.

Parágrafo único - Somente engenheiros civis poderão exercer as funções a que se referem as alíneas "a", "b" e "c" deste Artigo.

Art. 30 - Consideram-se da atribuição do arquiteto ou engenheiro-arquiteto:

a) estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;

b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras que tenham carácter essencialmente artístico ou monumental;

c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;

d) o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística;

e) o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetónica;

f) a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas "a" a "c" deste Artigo;

g) perícias e arbitramentos relativos à matéria de que tratam as alíneas anteriores.

**NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA UFSC POR CURSO  
REGULARES NO SEMESTRE 98.2**

CURSO	Alunos efetivamente Matriculados			Alunos com Matrícula Trancada			Total de alunos REGULARES		
	mas	fem.	Total	mas.	fem.	Total	mas	fem.	total
Administração/D	236	168	404	018	014	032	254	182	436
Administração/N	277	125	402	057	019	076	334	144	478
Agronomia	255	127	382	025	015	040	280	142	422
Arquitetura e Urbanismo	137	277	414	019	017	036	156	294	450
Biblioteconomia	046	229	275	016	025	041	062	254	316
C. Biológicas	100	142	242	013	015	028	113	157	270
Ciências Contábeis/D	114	143	257	018	017	035	132	160	292
Ciências Contábeis/N	185	110	295	033	008	041	218	118	336
C. da Computação	289	077	366	037	009	046	326	086	412
Ciências Econômicas/N	261	157	418	055	024	079	316	181	497
Ciências Econômicas/D	192	195	387	037	030	067	229	225	454
Ciências Sociais/D	042	075	117	011	023	034	053	098	151
Ciências Sociais/N	065	082	147	009	026	035	074	108	182
Comunicação Social	075	096	171	005	010	015	080	106	186
Direito/D	242	177	419	010	005	015	252	182	434
Direito/N	296	133	429	025	09	034	321	142	463
Educação Física	207	172	379	022	021	043	229	193	422
Enfermagem	026	249	275	005	017	022	031	266	297
Engenharia Civil	381	128	509	025	007	032	406	135	541
Eng. de Alimentos	099	110	209	007	018	025	106	128	234
Eng. Controle e Automação	174	013	187	011	001	012	185	014	199
Eng. Produção Civil	133	044	177	017	005	022	150	049	199
Eng. Produção Elétrica	161	021	182	017	002	019	178	023	201
Eng. Produção Mecânica	166	016	182	010	003	013	176	019	195
Engenharia Elétrica	462	032	494	045	004	049	507	036	543
Engenharia Mecânica	491	013	504	030	002	032	521	015	536
Engenharia Química	129	077	206	014	010	024	143	087	230
Engenharia Sanitária	227	163	390	043	015	058	270	178	448
Farmácia Análises Clínicas	143	262	405	012	031	043	155	293	448
Farmácia Tec. de Alim.	065	126	191	015	016	031	080	142	222
Filosofia/D	036	039	075	017	018	035	053	057	110
Filosofia/N	056	039	095	022	017	039	078	056	134
Física Lic./Bach.	005	-	005	002	-	002	007	-	007
Física/Bach./Diurno	087	018	105	025	003	028	112	021	133
Física/Lic./Noturno	126	031	157	041	005	046	167	036	203
Geografia Unif. Diurno	077	053	130	011	014	025	088	067	155
Geografia/N Unificado	101	049	150	015	009	024	116	058	174

CURSO	Alunos Efetivamente Matriculados			Alunos com Matrícula Trancada			Total de alunos REGULARES		
	mas.	Fem.	Total	mas.	fem.	Total	mas	fem.	Total
História/D	054	077	131	011	015	026	065	092	157
História/N	083	080	163	021	020	041	104	100	204
Letras-Alemão Bach./N	031	058	089	006	024	030	037	082	119
Letras-Alemão Lic/Bach	009	027	036	010	015	025	019	042	061
Letras-Port. Espanhol	023	081	104	008	021	029	031	102	133
Letras-Port. Francês	022	114	136	017	047	064	039	161	200
Letras-Port. Inglês	041	080	121	005	031	036	046	111	157
Letras-Port. Inglês Bach	032	079	111	006	016	022	038	095	133
Letras-Port. e Italiano	016	063	079	006	024	030	022	087	109
Letras-Port. e Lit. Bras.	038	119	157	008	037	045	046	156	202
Matemática	001	004	005	-	-	-	001	004	005
Matemática/N	003	001	004	-	-	-	003	001	004
Matemática Comp. Científica (bach)	021	008	029	003	004	007	024	012	036
Matemática Lic./D	063	088	151	033	052	085	096	140	236
Matemática Lic/N	072	056	128	021	004	025	093	060	153
Medicina	390	214	604	004	001	005	394	215	609
Nutrição	006	148	154	001	010	011	007	158	165
Odontologia	217	204	421	006	003	009	223	207	430
Pedagogia	017	366	383	003	024	027	020	390	410
Pedagogia Def. Aud.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogia Def. Ment.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogia Ed. Pré-Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogia Orientação Educacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedagogia supervisão Escolar	-	001	001	-	004	004	-	005	005
Psicologia	063	288	351	005	025	030	068	313	381
Química	122	147	269	018	029	047	140	176	316
Serviço Social	009	263	272	001	024	025	010	287	297
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.497</b>	<b>6.534</b>	<b>14.031</b>	<b>987</b>	<b>914</b>	<b>1.901</b>	<b>8.484</b>	<b>7.448</b>	<b>15.932</b>